

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios na judicialização da reforma tributária (Artigo) 3

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fórum ressalta importância de agenda ambiental e inclusiva na economia 5

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda diz ao Congresso que freio aos supersalários e regulação da IA são prioridades do ano; veja lista de projetos 8

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso tem de aproveitar o ano para destravar a economia 11

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O homem que inventou Trump (Artigo) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeção para tarifa de energia é subir 4,5% este ano 14

REVISTA CARTA CAPITAL - A SEMANA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O Brasil desiste, por ora, de taxar produtos dos EUA 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Mercado em franca expansão 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Enquanto o agro está vulnerável, franquias ganham força 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Ministério revisa para baixo a previsão do PIB 20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula ataca privilégios de "juiz ladrão" e de carreiras públicas 21

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Europa reage a Trump e exige inclusão da Ucrânia em negociações de paz 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Consultoria dos EUA diz que Brasil e Índia seriam os países mais afetados 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fazenda vê expansão menor do PIB neste ano 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Varejo tem retração em dezembro, mas fecha 2024 com alta de 4,7% 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Há oportunidade para o Brasil na reconfiguração geopolítica" 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Recurso fora do Orçamento será alvo de pente-fino pelo TCU 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

20 ocupações concentram trabalhadores excluídos da Previdência Social 31

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA

Copom eleva juros básicos para 12,25% ao ano 33

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Com poder esvaziado, Padilha é cobrado por crise 34

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
POLÍTICA

Na onda da reforma ministerial, Centrão e oposição miram cargos da Petrobras 36

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA/RADAR
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeitos já têm uma agenda para pressionar o Congresso 38

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

PEC que parcela dívida de municípios com Previdência deve avançar neste semestre 39

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma julgamento sobre revisão da vida toda do INSS 41

Desafios na judicialização da reforma tributária (Artigo)

Por Renato Lopes Becho

A promulgação da Lei Complementar nº 214, em 16 de janeiro, demonstra que o país está em um movimento consistente para reformar seu sistema tributário, que se tornou excessivamente complexo e injusto. A Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 criou grandes expectativas quanto à melhoria da tributação sobre a produção e o consumo de bens e serviços, que vai ganhando corpo com a recentíssima lei aprovada. Para este ano, espera-se a regulamentação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser compartilhado pelos Estados, Distrito Federal e municípios, bem como do respectivo processo administrativo.

Há outras alterações legais em discussão no Congresso Nacional, como os projetos de lei de Código de Defesa do Contribuinte, a reforma do processo administrativo federal e uma nova lei de execuções fiscais.

Entretanto, há outra reforma necessária para se buscar segurança jurídica e estabilidade jurisprudencial mais célere, principalmente em relação ao IBS e à sua congênere federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): a reforma do processo judicial relativo a tais **tributos**. Eles foram previstos na EC nº 132/2023 como duas versões de um só imposto. Para isso, o constituinte estipulou que a legislação de ambos seria uma só, com fato gerador, contribuintes, base de cálculo e todos os elementos normativos iguais, exceto, unicamente, as alíquotas. A Lei Complementar nº 214/2025 prevê até mesmo "a harmonização das normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS" (artigo 318). Porém, para que o objetivo de uniformidade funcione, tem-se que buscar uma forma mais rápida e, de preferência, unificada para a solução dos litígios judiciais.

Se nada for feito, os contribuintes com atuação nacional que quiserem discutir judicialmente algum aspecto dessa tributação deverão ingressar na Justiça Estadual com centenas de ações idênticas sobre o IBS e um processo na Justiça Federal para tratar do mesmo ponto em relação à CBS. Considerando que os juízes podem limitar o litisconsórcio facultativo (CPC, artigo 113, parágrafo 1º), e que é contraproducente uma ação judicial em face de

número elevado de litisconsortes, os advogados deverão ajuizar ações tendo por réu, por exemplo, 20 entes tributantes. Assim, para cobrir todo o território nacional, deverão ajuizar pelo menos 280 processos (1 contra a União, 1 contra o Distrito Federal, e centenas contra os 26 Estados e os 5.570 municípios). Serão processos idênticos, alterando apenas os demandados.

Os custos serão multiplicados, tanto de custas judiciais quanto dos honorários dos advogados para acompanhar tantos feitos.

Considerando os critérios de distribuição das causas entre magistrados, e a subjetividade ínsita aos feitos, cada um desses casos poderá ter tratamento processual diferente. Assim, se em alguns deles, mas não em todos, alguma liminar for dada, a desejada uniformidade não será alcançada até que o Supremo Tribunal Federal dê a última palavra, o que é razoável supor venha acontecer em 20 anos! Enquanto isso, pode ser que alguns municípios, alguns Estados, ou a União, tenham um tratamento diferente, com resultados imprevisíveis. A uniformidade da tributação demorará muito até ser alcançada.

Imagine-se, porém, que o Congresso Nacional centralize o processo judicial, exigindo que o Comitê Gestor do IBS responda nacionalmente em nome de todos os Estados e municípios brasileiros, cumprindo sua função unificadora. Bastará que a empresa litigue em um processo contra a União e o Comitê Gestor. Para tanto, é necessária a federalização dessas causas. E, se surgir alguma situação em que o IBS for diferente da CBS (p. ex., uma alíquota local), a União não terá interesse na causa, fazendo com que o feito seja proposto na Justiça Estadual.

Uma opção intermediária pode ser o legislador estipular que o Comitê Gestor representará, em cada Estado, também os respectivos municípios. Assim, a discussão de todas as incidências dos novos **tributos** poderá acontecer em 28 processos.

Por fim, é possível a criação de um novo ramo do Poder Judiciário, a Justiça Tributária, que viria somar aos órgãos especializados (Justiças do Trabalho, Militar e Eleitoral). Seus custos não são, contudo, desprezíveis, notadamente em época de clamor por redução de despesas, exigindo a identificação de

fontes de custeio. Há quem proponha que os julgadores permaneçam vinculados a seus órgãos de origem. Contudo, o corpo de servidores, os espaços físicos, os equipamentos de informática, e assim por diante, teriam que ser custeado pelo erário.

A unificação de **tributos** tradicionais como o ICMS, o ISS, o IPI, o PIS e a Cofins é um grande desafio nacional, que exige novas posturas institucionais para se alcançar a tão almejada segurança jurídica, a diminuição de litígios e a redução do chamado custo Brasil. Desejamos que a parcela da sociedade que lutou pela **reforma tributária** também atue no aprimoramento do processo judicial que dela virá, unificando a discussão em apenas um processo para cada contribuinte. Ajustar o tamanho da Justiça Federal para acolher as novas demandas é a medida de menor custo para os cofres públicos. E ela pode ser paulatina, a depender da quantidade de processos que irão sendo ajuizados. Também é mais econômico para os contribuintes, além de poder reduzir o tempo para a unificação dos entendimentos jurisprudenciais.

Renato Lopes Becho é desembargador federal no TRF-3 e professor doutor de Direito Tributário na PUC-SP

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Desafios na judicialização da **reforma tributária**

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Fórum ressalta importância de agenda ambiental e inclusiva na economia

Renato Souza +

Expoentes da economia nacional, com uma participação de quase 10% do Produto Interno Bruto, os setores de seguros e de franquias têm potencial para dar uma contribuição ainda mais relevante ao crescimento econômico do país. Para proporcionar mais benefícios à sociedade, no entanto, é necessário consolidar os importantes marcos regulatórios aprovados recentemente e afastar a insegurança jurídica. Assim será possível obter novas conquistas, como ampliação da cobertura securitária da população brasileira e novas oportunidades de negócios.

Essas são algumas das conclusões do CB Fórum, realizado ontem, na sede do Correio Braziliense. Com o tema Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias, o evento reuniu autoridades do Judiciário e do Executivo, além de chefes de agências reguladoras e representantes do mercado de seguros e franquias. O CB Fórum teve apoio da Prudential do Brasil e apoio institucional da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

Decano do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes destacou que o Brasil tem potencial para se tornar economicamente próspero, sem deixar de lado a proteção do meio ambiente, garantida pela Constituição Federal de 1988.

Não escapa a nenhum de nós aqui presentes as potencialidades do Brasil para se tornar um país economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Setores privados da economia, passando por atividades industriais de ponta, até serviços prestados ao mercado brasileiro, não são poucos os caminhos que já trilhamos para gerar riqueza e prosperidade, destacou o magistrado.

O ministro destacou que a responsabilidade sobre o meio ambiente é de todas as gerações. O Brasil precisa dar mais um passo nesse processo a fim de assegurar que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico sejam conjugados com a concretização da fraternidade plasmada na justiça climática e a responsabilidade intergeracional, ressaltou.

Gilmar Mendes observou que o mercado de seguros

também está atento à questão da sustentabilidade. A proteção ambiental precisa se atualizar diante de uma mudança climática que já nos dá sinais de um futuro que se aproxima a passos rápidos. Especificamente no mercado de seguro, as principais empresas do setor têm percebido a agenda ambiental, social e de governança. Assim o mercado tem assumido um papel estratégico, tornando-se um agente indutor de práticas sustentáveis, finalizou.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, apontou a agenda de desenvolvimento sustentável como o principal pilar e oportunidade para o crescimento econômico brasileiro. A grande oportunidade de desenvolvimento do Brasil está na agenda do desenvolvimento sustentável, disse.

Mello descreveu um panorama do cenário macroeconômico e apontou as estratégias necessárias para um crescimento equitativo, equilibrado e sustentável. Segundo ele, há três grandes eixos estruturantes, além de medidas no ambiente de negócios.

O economista mencionou o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no âmbito da infraestrutura; o Nova Indústria Brasil, plano governamental de implantação da nova política industrial; e o Plano de Transformação Ecológica, conjunto de políticas públicas que visa promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Esses três planos dialogam e se articulam entre si. E é isso que compõe uma estratégia de desenvolvimento, onde você consegue olhar para o conjunto da economia, destacou.

O secretário enfatizou ainda que um crescimento econômico sustentável precisa necessariamente combinar inclusão social e sustentabilidade ambiental. A combinação de um cenário macroeconômico mais estável, mais amigável ao investimento, além de uma série de planos, estratégias e instrumentos que vão abarcar um conjunto amplo de setores da economia brasileira, é o que vai permitir ao Brasil aproveitar, criar e impulsionar o crescimento econômico sustentável, sustentou.

Por sua vez, o secretário de Desenvolvimento

Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Wallace Moreira Lima, argumentou que o país depende de políticas perenes e estruturantes para se desenvolver. Nenhum país do mundo consegue crescimento sustentável inclusivo com programas de governo - porque governo passa - mas com programas de Estado, comentou.

O secretário do Mdic destacou que projetos como o Novo PAC, a **reforma tributária** e o Marco das Garantias são decisivos para um crescimento econômico robusto, sustentável e inclusivo.

Citando o crescimento da indústria nacional, Moreira Lima mencionou a existência de bases econômicas para expansão do setor de seguros e de franquias. Sem esses dados, não existe mercado de seguros, e não existe mercado de franquias, pontuou o secretário.

Expoentes da economia nacional, com uma participação de quase 10% do Produto Interno Bruto, os setores de seguros e de franquias têm potencial para dar uma contribuição ainda mais relevante ao crescimento econômico do país. Para proporcionar mais benefícios à sociedade, no entanto, é necessário consolidar os importantes marcos regulatórios aprovados recentemente e afastar a insegurança jurídica. Assim será possível obter novas conquistas, como ampliação da cobertura securitária da população brasileira e novas oportunidades de negócios.

Essas são algumas das conclusões do CB Fórum, realizado ontem, na sede do Correio Braziliense. Com o tema Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias, o evento reuniu autoridades do Judiciário e do Executivo, além de chefes de agências reguladoras e representantes do mercado de seguros e franquias. O CB Fórum teve apoio da Prudential do Brasil e apoio institucional da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

Decano do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes destacou que o Brasil tem potencial para se tornar economicamente próspero, sem deixar de lado a proteção do meio ambiente, garantida pela Constituição Federal de 1988.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Não escapa a nenhum de nós aqui presentes as potencialidades do Brasil para se tornar um país economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Setores privados da economia, passando por atividades industriais de

ponta, até serviços prestados ao mercado brasileiro, não são poucos os caminhos que já trilhamos para gerar riqueza e prosperidade, destacou o magistrado.

O ministro destacou que a responsabilidade sobre o meio ambiente é de todas as gerações. O Brasil precisa dar mais um passo nesse processo a fim de assegurar que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico sejam conjugados com a concretização da fraternidade plasmada na justiça climática e a responsabilidade intergeracional, ressaltou.

Gilmar Mendes observou que o mercado de seguros também está atento à questão da sustentabilidade. A proteção ambiental precisa se atualizar diante de uma mudança climática que já nos dá sinais de um futuro que se aproxima a passos rápidos. Especificamente no mercado de seguro, as principais empresas do setor têm percebido a agenda ambiental, social e de governança. Assim o mercado tem assumido um papel estratégico, tornando-se um agente indutor de práticas sustentáveis, finalizou.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, apontou a agenda de desenvolvimento sustentável como o principal pilar e oportunidade para o crescimento econômico brasileiro. A grande oportunidade de desenvolvimento do Brasil está na agenda do desenvolvimento sustentável, disse.

Mello descreveu um panorama do cenário macroeconômico e apontou as estratégias necessárias para um crescimento equitativo, equilibrado e sustentável. Segundo ele, há três grandes eixos estruturantes, além de medidas no ambiente de negócios.

O economista mencionou o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no âmbito da infraestrutura; o Nova Indústria Brasil, plano governamental de implantação da nova política industrial; e o Plano de Transformação Ecológica, conjunto de políticas públicas que visa promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Esses três planos dialogam e se articulam entre si. E é isso que compõe uma estratégia de desenvolvimento, onde você consegue olhar para o conjunto da economia, destacou.

O secretário enfatizou ainda que um crescimento econômico sustentável precisa necessariamente combinar inclusão social e sustentabilidade ambiental. A combinação de um cenário macroeconômico mais estável, mais amigável ao investimento, além de uma série de planos, estratégias e instrumentos que vão

abarcam um conjunto amplo de setores da economia brasileira, é o que vai permitir ao Brasil aproveitar, criar e impulsionar o crescimento econômico sustentável, sustentou.

Por sua vez, o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Wallace Moreira Lima, argumentou que o país depende de políticas perenes e estruturantes para se desenvolver. Nenhum país do mundo consegue crescimento sustentável inclusive com programas de governo - porque governo passa - mas com programas de Estado, comentou.

O secretário do Mdic destacou que projetos como o Novo PAC, a **reforma tributária** e o Marco das Garantias são decisivos para um crescimento econômico robusto, sustentável e inclusivo.

Citando o crescimento da indústria nacional, Moreira Lima mencionou a existência de bases econômicas para expansão do setor de seguros e de franquias. Sem esses dados, não existe mercado de seguros, e não existe mercado de franquias, pontuou o secretário.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/02/7060611-forum-ressalta-importancia-de-agenda-ambiental-e-inclusiva-na-economia.html>

Fazenda diz ao Congresso que freio aos supersalários e regulação da IA são prioridades do ano; veja lista de projetos

Por Kevin Lima, Marcela Cunha, g1 - Brasília

Dentre 25 itens para avançar nos próximos dois anos, a equipe do ministro Fernando Haddad selecionou 11 medidas que são prioridade para 2025.

Estão na seleta lista, por exemplo, limitação de supersalários e regras para inteligência artificial. Há ainda espaço para a conclusão da etapa de regulamentação da **reforma tributária**.

O governo também menciona como prioridade o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, que ainda não foi enviada ao Congresso.

Entenda o que diz cada projeto prioritário do governo (clique no link para seguir à proposta):

Veja as prioridades abaixo:

Um projeto que é prioridade do governo é o que regulamenta o uso de inteligência artificial (IA) no Brasil. A proposta define limites e permissões para o uso da tecnologia e estabelece que sistemas de inteligência artificial deverão ser identificados com um símbolo para que usuários saibam que estão interagindo com uma ferramenta inumana.

O texto aborda ainda outros usos, como a realização de serviços de infraestrutura - controle de trânsito e abastecimento de água e energia, por exemplo - e segurança, no caso de identificação de padrões comportamentais e prevenção de crimes.

O projeto define ainda tecnologias consideradas de alto risco, que terão uma regulação reforçada, e as que são de risco excessivo, que serão proibidas.

O texto assegura, ainda, direitos autorais aos conteúdos de terceiros utilizados para abastecer bancos de dados de aplicações de inteligência artificial. E estabelece que as empresas terão de remunerar os autores pelo uso de suas obras em uma IA.

O projeto foi aprovado no Senado em novembro de 2024 e ainda precisa passar por análise na Câmara

dos Deputados. Caso nenhuma mudança seja feita no texto, o projeto segue para a sanção do presidente Lula.

Leia também:

O Ministério da Fazenda quer concluir neste ano a regulamentação das verbas indenizatórias do funcionalismo público - os chamados penduricalhos, que elevam os vencimentos de servidores para além do teto e criam supersalários.

No ano passado, o Congresso promulgou uma emenda à Constituição que determina que as verbas indenizatórias terão de ser contabilizadas dentro do limite de salários - equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas a medida não valerá enquanto não houver uma lei que defina quais são as verbas que devem ficar dentro do teto e quais poderão ficar de fora.

É justamente essa regulamentação que o Planalto quer fazer: definir quais serão as exceções para o teto do funcionalismo, que hoje é igual a R\$ 46,3 mil.

O projeto selecionado pelo governo para isso foi aprovado pela Câmara, mas aguarda votação no Senado. Parlamentares avaliam que o texto que saiu da Câmara é muito abrangente e não pode acabar não tendo o impacto esperado pela equipe econômica - conter o aumento de gastos públicos.

O relator da proposta na CCJ do Senado, senador Eduardo Gomes (TO), afirmou que deve se debruçar sobre o tema em março.

O governo tem classificado como "prioridade absoluta" o avanço nas discussões sobre a reforma do Imposto de Renda. O tema tem potencial, na avaliação de governistas, de alavancar a popularidade do presidente Lula.

A proposta defendida pelo Planalto amplia a faixa de isenção do IR para R\$ 5 mil. O texto, no entanto, não consta da lista de prioridades do Ministério da Fazenda porque ainda não foi encaminhado ao

Congresso.

Só depois do envio, que ainda não tem data, o projeto começará a caminhar.

A medida tem simpatia de parlamentares, mas levanta, por outro lado, um debate sobre a responsabilidade fiscal do Executivo. Isso porque a mudança que vai empurrar a faixa de isenção de R\$ 2.259,20 para R\$ 5 mil mensais deve ter impacto na arrecadação federal.

Apesar de classificar o projeto como positivo, o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), tem afirmado que é preciso encontrar uma compensação fiscal para a mudança.

O segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** abre a lista de prioridades do Ministério da Fazenda. A proposta cria regras para a gestão compartilhada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai ser dividido entre estados e municípios e substituirá o ICMS e o ISS.

O texto já foi aprovado pela Câmara em 2024, mas ainda aguarda votação no Senado. Desde o ano passado, o projeto aguarda envio para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e ainda não tem relator.

Para parlamentares, diferentemente da primeira etapa, não há muitos entraves e divisões em torno do segundo projeto de regulamentação.

O governo enviou, em fevereiro do ano passado, um projeto que estabelece diferenciações entre empresas que pagam **impostos** e devedores contumazes - aquelas empresas que têm a sonegação como estratégia de negócio.

Com base nessa diferenciação, a proposta cria programas de conformidade tributária, beneficiando bons pagadores.

O texto está travado na Câmara e enfrenta resistências. Inicialmente, havia uma perspectiva de que o projeto seria votado diretamente em plenário - sem passar pelas comissões. Com dificuldade, o governo recuou e deixou que a proposta voltasse às comissões. Em dezembro passado, houve uma tentativa de votá-la no primeiro colegiado, o que não ocorreu.

Uma proposta que também trata do devedor contumaz tramita no Senado e já está pronta para votar no plenário. Esta, no entanto, não é de autoria do governo.

O governo quer concluir em 2025 uma parte pendente

do pacote de contenção de despesas enviado ao Congresso no ano passado. O projeto, que trata da aposentadoria de militares, chegou à Câmara em dezembro e não caminhou desde então.

O texto estabelece uma idade mínima de 55 anos (hoje, não há mínimo de idade) para a aposentadoria de membros das Forças Armadas. Também acaba com a morte ficta, quando a família de um militar expulso recebe pensão como se ele tivesse morrido.

Ainda não há previsão de quando o projeto será analisado pelos deputados.

Está no Senado, sem previsão de votação, uma proposta que atualiza a Lei de Falências. O texto foi aprovado pela Câmara em março do ano passado.

O projeto, entre outros pontos, cria um plano de falência e mecanismos para acelerar a venda de bens da massa falida.

O governo enviou, no primeiro semestre de 2023, um projeto que incluiu na legislação de mercado de capitais mecanismos que buscam proteger acionistas minoritários contra prejuízos causados por acionistas controladores ou administradores de companhias abertas.

Segundo o governo, o projeto tem como objetivo fornecer maior segurança jurídica para investidores do mercado financeiro.

O poder Executivo enviou ainda um projeto que cria um novo marco legal para o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que muda as regras para a fiscalização, o funcionamento e o gerenciamento de riscos do sistema.

O SPB é responsável pela intermediação das operações de transferência de fundos, valores mobiliários e outros ativos financeiros.

O texto foi aprovado pela Câmara em 2024 e foi enviado para análise do Senado.

Também está nas prioridades do governo um projeto que cria mecanismos para dar apoio a instituições financeiras em dificuldade, como bancos, seguradoras e entidades de previdência privada.

O projeto foi enviado pelo governo em 2019 e ainda não há previsão de quando será analisado pelos deputados.

O projeto, umas das prioridades do governo, busca simplificar e desburocratizar a cobrança de títulos executivos civis ao propor novas normas ao sistema

jurídico.

A proposta determina que a criação de um agente de execução de títulos judiciais e extrajudiciais para atuar nas demandas nos cartórios de protesto, de forma a desafogar o Poder Judiciário.

O projeto está em tramitação no Senado e antes de virar lei, precisa passar por votação na Câmara.

O governo quer avançar em um debate sobre ambiente digital, que, ao longo dos últimos anos, foi interdito em razão de críticas de parlamentares e narrativas que vinculam as propostas a um equivocado cerceamento da liberdade de expressão.

Nesse rol, o Planalto escolheu um projeto da bancada evangélica que acaba com o anonimato nas redes sociais e que estabelece que as plataformas digitais podem ser responsabilizadas civilmente, de forma solidária, por danos decorrentes da manifestação do pensamento de terceiros na internet .

Também está nessa categoria um projeto que cria mecanismos para proteger menores de idade na internet.

Em outro campo, cada vez mais mencionado por parlamentares, a gestão Lula pretende aprovar, em 2025, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integra nacionalmente forças de segurança pública.

A chamada PEC da Segurança Pública ainda não foi enviada ao Congresso e sofre resistência entre parlamentares da oposição.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/14/fazenda-diz-ao-congresso-que-freio-aos-supersalarios-e-regulacao-da-ia-sao-prioridades-do-ano-veja-lista-de-projetos.ghtml>

Congresso tem de aproveitar o ano para destravar a economia

Artigos

A vida é feita de ciclos: tempos de plantar, colher e preparar o solo para nova semeadura. Neste momento de retomada das sessões do Congresso, renovamos nossas energias e esperanças, impulsionados pelo balanço das conquistas anteriores. É com esse espírito que a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo inicia 2025, após um ano de importantes avanços na pauta da competitividade. Saudamos a nova Mesa Diretora do Congresso e reafirmamos nosso compromisso de trabalhar por um Brasil mais justo, desenvolvido e inclusivo.

Para 2025, a expectativa é grande. Teremos a oportunidade de seguir o debate sobre a regulamentação da inteligência artificial (IA), para que seja possível aprovar uma legislação moderna, que potencialize os benefícios dessa tecnologia para a sociedade, a indústria e a economia. A IA é uma ferramenta poderosa de transformação, e queremos garantir que ela contribua para o desenvolvimento sustentável e a inovação.

A agenda verde terá atenção redobrada. Sediaremos a COP30 em Belém, em novembro, e o Brasil tem a oportunidade de liderar o debate global sobre sustentabilidade. Hoje, nós já conquistamos avanços importantes, como o Programa de Aceleração da Transição Energética, o Combustível do Futuro e o marco regulatório do mercado de carbono. Chegou a hora de avançarmos no Projeto de Lei (PL) da Economia Circular e criar mecanismos mais ágeis de licenciamento ambiental, buscando o equilíbrio entre o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico com inclusão social.

Para o Brasil ser cada vez mais competitivo, o Estado precisa ser moderno, enxuto e ágil, o que reforça a importância de uma reforma administrativa, abrindo espaço para investimentos e inovação. Precisamos fortalecer o papel das agências reguladoras, para que elas tornem o ambiente de negócios confiável e seguro. Sem isso, é impossível atrair investimentos.

Temos de avançar em projetos como o sobre devedores contumazes, para que aqueles que se esforçam em cumprir suas obrigações em dia sejam valorizados. O crédito deve ser responsável, promovendo o crescimento sem aumentar o

endividamento excessivo de cidadãos e empresas. Um sistema financeiro mais justo começa com a clareza na distinção entre contribuintes adimplentes e inadimplentes.

E precisamos ser mais produtivos. Um estudo feito pelo Conference Board mostrou que a produtividade do brasileiro é menos de um quarto, em produção de riqueza, que a de um americano. Num levantamento com 131 países, liderado por Luxemburgo, Noruega e Dinamarca, ficamos em 78º lugar, atrás de Uruguai, Argentina e Chile, mas à frente de China e Índia.

Em 2024, encerramos com êxito a votação da **reforma tributária** sobre o consumo. Embora o texto final não seja perfeito, representa um avanço significativo em direção a um sistema tributário mais justo. A Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo foi essencial na aprovação de medidas importantes, como o PL da depreciação acelerada, que facilita a renovação do parque industrial, e as debêntures de infraestrutura, que impulsionam investimentos robustos no setor. Também nos empenhamos na aprovação do novo ensino médio, que equilibra formação curricular e profissionalizante, ampliando as oportunidades para a juventude brasileira.

Em 2025, continuaremos lutando pela redução do custo Brasil, hoje estimado em R\$ 1,7 trilhão por ano. E, se 2024 foi um ano de importantes conquistas, 2025 será marcado por desafios ainda maiores. A Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo está preparada para cumprir sua missão: tornar o Brasil mais competitivo, sustentável e próspero.

*Arnaldo Jardim é deputado federal (Cidadania-SP) e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, Júlio Lopes é deputado federal (Progressistas -RJ) e secretário da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/02/congresso-tem-de-aproveitar-o-ano-para-destravar-a-economia.ghtml>

O homem que inventou Trump (Artigo)

Simon Schwartzman

Simon Schwartzman SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

Em uma longa entrevista ao jornalista Ross Douthat no The New York Times de 31/1/2025, Steve Bannon, a quem se atribui ter levado Donald Trump à sua primeira vitória em 2016, mostra-se articulado, culto, divertido, e quase convence. De família pobre, democrata dos tempos de John F. Kennedy, formado pela Harvard Business School, Bannon se define como populista e nacionalista.

A pax americana, segundo ele, que se impôs ao mundo ocidental após a 2.^a Guerra, é uma construção que tem no topo uma elite bilionária, sustentada por uma grande burocracia de pessoas com títulos universitários - a "classe dos diplomados", incluindo generais, professores universitários e jornalistas da grande imprensa -, e na base grupos de interesse formados por sindicatos e organizações que se articulam em nome de direitos sociais para receber partes do bolo.

Tudo à custa do little guy, o homem do povo que é enviado para matar e morrer em guerras longínquas, cujos valores e estilos de vida são corroídos pelas políticas identitárias financiadas com recursos públicos e cujos empregos e salários são aviltados pelos imigrantes e a concorrência de investimentos em outros países.

Para vencer esse sistema, seria preciso se comunicar diretamente com o povo pelas redes sociais, deixando de lado a grande imprensa; usar argumentos emocionais, para não precisar discutir com a classe dos diplomados; e encontrar um líder capaz de dar voz aos ressentimentos e frustrações do little guy: Donald Trump.

Uma vez no poder, seria necessário equilibrar as contas, cobrando **impostos** dos milionários e cortando subsídios; proteger a indústria nacional, com investimentos e barreiras alfandegárias; desmontar a burocracia pública e as organizações sociais que ela alimenta; deportar os imigrantes e taxar as importações, valorizando o trabalhador americano.

A estratégia funcionou para ganhar eleições, tanto a primeira quanto a de 2024, mas não para governar. Bannon saiu do primeiro governo Trump logo nos primeiros meses, e ficou fora do atual, criticando de

longe a influência do novo grupo de bilionários das tecnologias digitais - Elon Musk, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg -, que, segundo ele, formam uma nova oligarquia de "trans-humanistas".

Eles seriam os líderes de um novo "tecnofeudalismo", com o poder concentrado nas mãos de engenheiros e, cada vez mais, em sistemas autônomos de inteligência artificial. Nesse novo mundo, as hierarquias baseadas nas fortunas familiares e nos diplomas seriam substituídas pela nova hierarquia formada pela simbiose homemmáquina, acumulação ilimitada de recursos em poucas mãos e administração tecnocrática da sociedade das pessoas e da natureza, levando ao fim as identidades locais e nacionais.

Como explicar que Trump tenha abraçado essa distopia, e em que medida isso afeta a lealdade de Bannon à sua criatura?

Trump é imperfeito, explica Bannon, e tende a ficar sempre do lado de empresários bem-sucedidos, que agora são esses.

Mas essa imperfeição seria a sua grandeza, diz ele, o que o tornaria comparável aos grandes presidentes americanos como George Washington e Abraham Lincoln, embora Trump mesmo prefira se comparar a Andrew Jackson, o presidente que ficou famoso por entregar a economia americana aos robber barons do final do século 19.

Bannon foi astuto ao perceber as debilidades da democracia americana e como atacá-la, e apostar num personagem sem limites como Trump como instrumento para vencê-la, mas nenhum dos dois parece ter ideia do que colocar em seu lugar. Nestas primeiras semanas do novo governo, o que vemos são movimentos para cumprir as promessas mais espetaculares e destrutivas da campanha, como a deportação de milhões de imigrantes, a suspensão da cooperação internacional, o ataque às políticas de inclusão e ao funcionamento da administração federal, as barreiras alfandegárias à China e aos países vizinhos e a indicação de personalidades marginais para os cargos mais importantes. A aposta de que dos escombros uma nova e mais grandiosa América surgiria, sob o comando dos novos tecnocratas bilionários, foi abalada pelo surpreendente sistema de inteligência artificial chinês, lembrando que é a China, e não os Estados Unidos, que lidera hoje a pesquisa, a produção industrial e o uso das novas tecnologias em quase todos os campos.

Trump tem dito, em seus ataques às políticas de inclusão, que agora as pessoas passarão a valer pelos seus méritos, e não mais por seus supostos direitos. Mas o little guy é, justamente, aquele que não conseguiu se valer das oportunidades criadas pela sociedade americana em seus melhores momentos, e é difícil conciliar essa suposta redescoberta do mérito com o ataque generalizado à "classe dos diplomados" e suas instituições, incluindo as universidades, os centros de pesquisa e as agências governamentais nas áreas de educação, saúde e meio ambiente.

É provável que, passado o primeiro susto, a sociedade norte-americana comece a reagir e, daqui a dois anos, Trump perca, nas eleições, a maioria que tem no Congresso.

Mas o diagnóstico de Bannon sobre a debilidade e a vulnerabilidade da democracia americana, e de outras que tentam emulá-la, continua valendo, e deve preocupar.

Diagnóstico de Bannon sobre a debilidade e a vulnerabilidade da democracia dos EUA, e de outras que tentam emulá-la, continua a valer e deve preocupar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeção para tarifa de energia é subir 4,5% este ano

Por Robson Rodrigues - De São Paulo

Os consumidores residenciais brasileiros devem perceber um aumento médio de 4,5% nas tarifas de energia em 2025, em relação aos valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2024. A projeção é da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia.

A estimativa considera uma média ponderada pelo mercado das 19 concessionárias de distribuição de energia consultadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas regiões de abrangência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Embora essa estimativa não considere os pesos específicos de cada região metropolitana e nem o efeito de eventual acionamento das bandeiras tarifárias, a variação média projetada equivale exatamente ao teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2025, que é de 3%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, variando entre 1,5% e 4,5%.

Já considerando a média ponderada das 51 concessionárias de distribuição do país, sem considerar **tributos** nem eventuais valores adicionais de bandeira tarifária, o aumento médio é de 3,8% nas tarifas em 2025.

Em termos regionais, os consumidores residenciais do Nordeste deverão perceber a menor variação média das tarifas, de 1,8%, enquanto que os consumidores do Sul poderão ter uma elevação de 3,1%. Por outro lado, os consumidores do Centro-Oeste deverão perceber a maior variação dentre as regiões do país, de 6,2%, seguido no Sudeste, com 4,8% e Norte, com 3,7%.

Apesar dessas médias relativamente baixas, 14 concessionárias devem observar variações tarifárias superiores a 10%, e 16 distribuidoras devem ter suas tarifas reposicionadas negativamente; além disso, 21 devem ter suas tarifas reposicionadas abaixo de 10%.

Helder Sousa, diretor de regulação da TR Soluções, explica que as principais causas dos aumentos é o

preço médio dos contratos de compra de energia das distribuidoras. Esse componente tarifário, que em média representa 34% da tarifa do consumidor residencial, deve passar de R\$ 234/MWh para R\$ 270/MWh.

"O aumento acontece principalmente em razão de o preço em 2024 ter ficado menor devido ao saldo superavitário da Conta Bandeiras, que foi repassado às tarifas ao longo dos processos tarifários do período", explica Sousa.

A questão é que o custo da energia interfere diretamente no preço dos produtos consumidos pelos brasileiros. Um estudo da Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, apontou que entre 2000 e 2022, o custo unitário da energia elétrica para a indústria brasileira aumentou 1.154%. Em comparação, os preços industriais aumentaram 585% e o IPCA acumulou uma variação de 291%.

O diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Abrace, Fernando Teixeirense, explica que as famílias de menor poder aquisitivo gastam relativamente mais com a energia. No caso das famílias que ganhavam até R\$ 1.908 por mês, em 2018, as contas de luz e gás e as despesas com combustíveis absorviam 9,1% da renda familiar. As despesas totais com energia, incluindo a energia contida nas mercadorias e serviços, se aproximavam de 18% da renda familiar. Esses pesos eram sensivelmente menores nas famílias de maior poder aquisitivo.

"Não podemos esquecer que produzir energia no Brasil é barato. O problema é que, com tantos encargos e subsídios embutidos na conta, o custo final dispara. No fim das contas, quem paga essa fatura é a dona Maria e a indústria. E quando a energia encarece para a indústria, a dona Maria acaba pagando duas vezes: primeiro, na conta de luz que recebe da distribuidora, e depois, no preço dos produtos que consome, já que os custos elevados se refletem em toda a cadeia produtiva."

O consumidor até teve um alívio em janeiro. O IPCA de janeiro foi de 0,16%, a menor variação para um mês de janeiro, desde a implantação do Plano Real, em 1994. O alívio se deve à incorporação do chamado "bônus de Itaipu" (abatimento na conta de luz referente

à devolução de valores previamente cobrados), no valor de R\$ 1,3 bilhão referente ao saldo positivo que a empresa teve com a venda da sua energia, que reduziu o custo da energia elétrica no mês.

Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, explica que o alívio na tarifa de energia elétrica e desaceleração na alimentação fizeram o IPCA recuar em janeiro com a taxa em 12 meses caindo para 4,56%, acima do limite superior da meta de **inflação**, enquanto os preços livres seguiram acima de 0,7%.

Ele acrescenta que, mesmo diante de uma maior contenção cambial, que tem despressurizado alimentação e manufaturados, fica claro que a baixa ociosidade da economia continua pressionando os itens mais relacionados ao ciclo de política monetária.

Ao Valor o ministro Alexandre Silveira (PSD-MG) afirmou que o Brasil teve um ano de tarifa zero em 2024 e que o governo segue atuando para conter aumentos na conta de luz. Segundo ele, a economia está estável, com boas condições de emprego e contas públicas equilibradas.

"Na média, todos os Estados da federação registraram reajuste zero. A única distorção significativa ocorreu no Amapá, onde corrigimos a situação com um aporte atípico de R\$ 300 milhões para atender o Estado", afirma. "Quanto ao diesel, mesmo com o recente aumento, o preço ainda está R\$ 0,02 centavos mais barato em comparação com 2022. Considerando o período inflacionário desse intervalo, que acumulou quase 14%, a variação se torna ainda mais expressiva", diz Silveira.

De acordo com o IPCA, os preços da energia elétrica residencial recuaram 0,37% no ano passado - ante uma **inflação** geral de 4,83% no país. Das dez regiões metropolitanas monitoradas pelo IBGE, seis tiveram queda nos preços da energia em 2024. O maior recuo foi na região metropolitana de Salvador (6,19%), seguida pela de São Paulo (4,24%). A maior alta aconteceu na Grande Belo Horizonte: 6,16%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

O Brasil desiste, por ora, de taxar produtos dos EUA

O Palácio do Planalto mudou de posição. Depois de o presidente Lula prometer "reciprocidade" ante a imposição, pela Casa Branca, de uma sobretaxa de 25% sobre as importações norte-americanas de aço e alumínio, o governo reuniu-se com representantes das maiores siderúrgicas e decidiu trilhar o caminho sinuoso da negociação. A conclusão é que a medida é mais uma das bravatas de campanha de Donald Trump e que o objetivo do republicano é pressionar por um acordo. No primeiro mandato, Trump aumentou as tarifas desses mesmos produtos, mas, pressionado pelos compradores internos, aceitou estabelecer cotas livres de **impostos**. Quase metade da produção brasileira, o equivalente a 4 milhões de toneladas, é enviada aos Estados Unidos. No ano passado, as siderúrgicas nativas faturaram 3 bilhões de dólares com as vendas para o mercado norte-ameri-

cano. À revelia de eventuais negociações diplomáticas, o País precisa buscar novos parceiros, se quiser ficar menos dependente dos esbirros do presidente dos EUA. Brasília chegou a cogitar, em resposta, a cobrança de **impostos** das big techs, com as quais Trump divide o poder. Em entrevista a uma rádio de Minas Gerais, Lula afirmou: "Seremos recíprocos. É o mínimo de decência". E acrescentou: "Na Organização Mundial do Comércio, você tem uma permissão para taxar qualquer produto até 35%. Para nós, o que seria interessante era os EUA baixarem a taxa e nós baixarmos a taxa. Mas, se eles ou qualquer país aumentar a taxa do Brasil, nós iremos utilizar a reciprocidade e taxar eles também, ou seja, é simples e democrático". A sanha de Trump não acabou. O republicano ameaça elevar as tarifas de forma linear de automóveis, semicondutores e produtos farmacêuticos.

Mercado em franca expansão

» **FERNANDA STRICKLAND** » **VITÓRIA TORRES***

Com 27 anos de atuação no país e mais de 5 milhões de clientes, a Prudential Brasil reforçou seu compromisso com o mercado de seguros e franquias - dois setores estratégicos que, juntos, representam quase 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional.

Durante participação no CB.Fórum, a presidente e CEO da empresa, Patrícia Freitas, destacou o crescimento consistente do modelo de negócios, com expansão de 13% no último ano.

Segundo ela, o percentual representa um movimento de R\$ 700 bilhões em 2024. A CEO afirmou que esse desempenho demonstra o potencial dessas áreas para a economia brasileira, tanto na geração de empregos quanto na arrecadação tributária, e apresentou dados recentes da Fundação Getulio Vargas (FGV), que revelam o impacto do setor de seguros na economia.

"A cada R\$ 1 bilhão arrecadado em prêmios de seguro de vida, o impacto no **PIB** nacional é de R\$ 1,48 bilhão. No caso das indenizações pagas, cada R\$ 1 bilhão distribuído gera um impacto de R\$ 1,35 bilhão na economia.

Esses dados são apenas para demonstrar um pouco o impacto do setor", disse.

Patrícia Freitas ressaltou sua trajetória consolidada no segmento de seguro de vida e seu modelo de franquias, que conta atualmente com mais de 2 mil unidades ativas. No evento, ela explicou que o efeito multiplicador do negócio demonstra a relevância do produto não apenas para a proteção das famílias, mas também para a dinamização da economia. Ao garantir segurança financeira para os beneficiários, os recursos movimentam diversos setores, como comércio, serviços e investimentos.

A executiva também ressaltou que o setor de seguros desempenha um papel fundamental na inclusão social, pois funciona como um instrumento de proteção financeira, evitando que famílias enfrentem dificuldades em momentos de vulnerabilidade, como a morte do provedor ou invalidez do parente.

Ela reforçou que o setor tem se tornado mais acessível, oferecendo soluções personalizadas para diferentes perfis de clientes.

O avanço da digitalização e dos canais de

atendimento também tem ampliado o alcance do seguro, permitindo que mais brasileiros possam se proteger financeiramente.

"Olhamos para os brasileiros e 80%, em números arredondados, não têm seguro de vida. Quando olhamos para o seguro residencial, os números são bem similares.

É claro que, quando pensamos nessa situação, logo vem em mente que é porque os brasileiros só têm seguro de automóvel.

Porém, 70% dos veículos não têm seguros de automóveis", apontou Freitas.

Desafios O presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), Dyogo Oliveira, destacou que o crescimento do setor de seguros, um dos maiores da economia, registrou no ano passado um aumento de 12%, superando a **inflação** em 7%.

Esse resultado se deve às mudanças na estrutura do setor, o que inclui diversificação de produtos e a ampliação de canais de distribuição.

"A coisa parece muito confusa, muito bagunçada, mas, na verdade, existe um certo direcionamento do país. O setor de seguros vem crescendo a taxas elevadas", afirmou o presidente da CNSeg, destacando que esse avanço tem como base a customização de produtos para as necessidades brasileiras e o fortalecimento do mercado com novas empresas.

Dyogo Oliveira ressaltou que o Brasil tem, atualmente, cerca de 130 seguradoras em operação.

Segundo ele, uma média de 10 novas entram no mercado todos os anos. Isso é possível devido a mudanças regulatórias que facilitaram a criação de novas empresas. A diversificação, tanto de produtos quanto de players no mercado, tem alavancado o setor, além de oferecer uma gama de opções para atender a diferentes perfis de consumidores.

O presidente da CNSeg destacou que os canais de distribuição também têm se diversificado, com a crescente presença de modelos digitais e parcerias estratégicas, incluindo franquias.

"As franquias são mais um canal de distribuição, um modelo que o setor adotou", observou.

Ele ressaltou que, além do tradicional corretor de seguros, novas formas de adquirir seguros se tornaram comuns, como em supermercados, lojas de eletroeletrônicos, aeroportos e até bancos. Essa transformação busca oferecer uma experiência mais acessível e conveniente para os consumidores.

"Além do tradicional, e ainda muito importante, é o corretor de seguros. Mas, hoje, você tem o canal digital, as parcerias, você consegue comprar seguros no supermercado, na loja de eletroeletrônicos, na loja de eletrodomésticos, no banco, no aeroporto.

Houve uma possibilidade de ampliação dos canais de distribuição para chegar nesse consumidor de seguros de uma maneira mais facilitada", completou.

Inclusão empreendedora O setor de franquias no Brasil tem desempenhado um papel crucial na inclusão empreendedora, permitindo que milhares de brasileiros realizem o sonho de ter o próprio negócio com modelos testados e suporte contínuo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), Tom Moreira Leite, a área se destaca não apenas pelo impacto econômico, mas também pelo seu poder educacional e de transferência de conhecimento, capacitando empreendedores e funcionários de forma estruturada.

"O franchising promove a inclusão empreendedora, porque permite que esse indivíduo que tem o sonho de empreender encontre um ambiente onde você tem modelos de negócios comprovados, em que se tem uma assistência ativa do ente franqueador", disse.

No ano passado, o setor empregou diretamente mais de 1,7 milhão de brasileiros, demonstrando sua importância na geração de empregos e no fortalecimento da economia nacional.

Em média, cada nova franquia no Brasil gera nove postos de trabalho, abrangendo setores diversificados como moda, educação, seguros e alimentação.

Uma das tendências de crescimento no setor é o avanço das microfranquias, que são modelos de negócios com investimento inicial de até R\$ 135 mil. Esse formato tem se popularizado por democratizar o acesso ao empreendedorismo, permitindo que novos empresários ingressem no mercado com menor capital inicial. Segundo Leite, atualmente, há opções de microfranquias a partir de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil, tornando o franchising mais acessível.

O presidente da ABF ressaltou que, entre os principais players do setor, a Prudential se destaca como a segunda maior operadora de microfranquias do Brasil,

com mais de 2 mil corretores atuando como Life Planners. A Market For You, especializada em mercados autônomos, lidera o ranking no país. No segmento de grandes franqueadores, Cacau Show, O Boticário e McDonald's ocupam as três primeiras posições no Brasil.

*Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/14/all.pdf>

Enquanto o agro está vulnerável, franquias ganham força

O presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), Dyogo Oliveira, apontou a relevância de uma maior cobertura para o agronegócio, destacando os impactos das mudanças climáticas. Ele fez um alerta sobre o setor - que representa 25% do **PIB** brasileiro, um quarto da economia do país.

Apesar da relevância para a economia, apenas 6% da área plantada no Brasil possui seguro rural, segundo Oliveira. Ele ressaltou que o dado é preocupante diante de possíveis mudanças climáticas. "Esse é um tema que está na pauta prioritária para este ano", disse.

Com a crescente instabilidade climática, que tem tornado o clima mais imprevisível, Oliveira ressaltou que o agronegócio brasileiro está sob risco. "O fato é que o clima se tornou muito mais instável no Brasil", alertou.

Ele apontou que a solução para mitigar os riscos é simples: a ampliação do seguro rural. A falta de seguro agrícola, segundo Dyogo Oliveira, impacta diretamente no crédito rural, pois produtores que enfrentam perdas em suas safras acabam se endividando e não conseguem pagar seus financiamentos, o que leva à inadimplência.

"O problema, atualmente, é o risco climático. A pessoa que perde a safra do ano, no ano seguinte, vai estar endividada e não consegue pagar o financiamento".

Dyogo Oliveira também acredita que o futuro dos setores de seguros, franquias e agronegócio tem a necessidade de adaptação a novas realidades, como a digitalização e as mudanças climáticas.

O crescimento do setor de seguros no Brasil é uma prova de que a diversificação e a inovação são caminhos para o sucesso. No entanto, o maior desafio é a conscientização sobre a importância da proteção, seja no âmbito residencial ou rural.

Educação.

A expansão dos canais de distribuição, incluindo o modelo de franquias, tem servido para levar os seguros a um número maior de brasileiros. No agronegócio, a urgência da implementação de seguros

rurais para proteger os produtores contra riscos climáticos e financeiros é nítida.

O setor de franquias no Brasil segue em ascensão e se consolida como um dos motores da economia nacional. Segundo Tom Moreira Leite, presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), o mercado de franquias alcançou um faturamento de R\$ 273 bilhões em 2024, representando 2,2% do **PIB** brasileiro. O franchising no país abrange 198 mil unidades franqueadas e emprega diretamente mais de 1,7 milhão de brasileiros.

Diferentemente de uma indústria convencional ou de um setor econômico isolado, o franchising integra diferentes segmentos, como moda, saúde, beleza, bem-estar, alimentação e serviços financeiros.

Esse modelo de negócio possibilita que pequenos empreendedores ingressem no mercado de forma estruturada, com suporte de franqueadoras e modelos já testados. O faturamento médio mensal de uma unidade franqueada gira em torno de R\$ 115 mil, consolidando-se como uma opção viável para quem deseja empreender com segurança.

Para Leite, um dos pilares do sucesso do franchising é a educação.

A transferência de know-how e a qualificação dos franqueados e seus colaboradores tornam o setor mais competitivo e estruturado. "Nunca vi um país desenvolvido que não tenha na educação um pilar da sua agenda de política pública, assim como também nunca encontrei uma nação que tenha educação como prioridade e não caminhe para o desenvolvimento", destacou o presidente da ABF. (FS e VT)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/14/all.pdf>

Ministério revisa para baixo a previsão do PIB

O Ministério da Fazenda revisou para baixo a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025. A projeção saiu de 2,5% para 2,3%. O **PIB** é a soma de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano. A revisão aconteceu devido ao aumento na taxa básica de juros e ao cenário conjuntural externo, apontou o documento, chamado de "2024 em retrospectiva e o que esperar para 2025", da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

"A gente espera uma desaceleração do ritmo de crescimento. Estamos atravessando ciclo de aumento de juros, que tem impacto no ritmo de atividade", disse o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. O resultado de 2025 deve contar com uma aceleração no setor agropecuário e uma redução na indústria e em serviços. Para a SPE, um "aumento muito acentuado do protecionismo nos EUA é o principal risco (para 2025), que pode levar o FED a interromper ciclo de redução de juros". Nesse caso, as projeções podem ser revistas.

Para a **inflação**, a previsão da Fazenda é de que a meta será descumprida novamente, com um aumento de 4,8% nos preços medidos pelo IPCA. Nesse caso, o indicador repetiria o medido em 2024. Apesar do estouro da meta, a Fazenda espera que a **inflação** de alimentos caia neste ano. "Os preços de carnes tendem a desacelerar até o final do ano, menos impactados pela reversão no ciclo de abate do gado e pelo avanço das exportações", apontou. "O cenário também deverá ser mais favorável para o arroz, feijão, alimentos in natura e derivados de soja e leite, refletindo as boas perspectivas para o clima e para a produção agrícola em 2025", continuou.

Por outro lado, a Fazenda espera um aumento nos preços de trigo e derivados devido a uma baixa colheita no ano passado. Mello ponderou que "a taxa de câmbio utilizada foi a do Focus, de R\$ 6 para cada dólar. Caso câmbio mais apreciado (se mantenha), em R\$ 5,73, isso terá impacto no nosso cenário inflacionário".

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Lula ataca privilégios de "juiz ladrão" e de carreiras públicas

GABRIEL HIRABAHASI E CAIO SPECHOTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou empresários e os privilégios de juízes e outras carreiras do serviço público em discurso durante evento no Amapá, ontem. Falando para uma plateia ao lado de vários políticos locais e ministros de Estado, Lula reclamou de empresários que dizem que não conseguem contratar pessoas por causa do Bolsa Família e disse que "juiz ladrão" tem como "castigo" a aposentadoria com salário integral.

"Tem empresário que fala para mim que está com mil vagas, mas o pessoal não quer trabalhar por causa do Bolsa Família. Não, eles não querem trabalhar porque o salário que você paga é pouco, paga um pouco mais para ver se ele não vai trabalhar. É simples assim. Porque eles acham que a gente não quer trabalhar porque a gente recebe o Bolsa Família, o Seguro Defeso, o seguro desemprego", afirmou o presidente, que participou, em Macapá, de cerimônia de entrega de área da União ao governo do Estado e do Conjunto Habitacional Nelson dos Anjos.

Lula reconheceu que há fraudes e pessoas que tentam usar dos benefícios sociais de forma indevida. Foi aí que citou os privilégios de várias áreas do serviço público.

"CASTIGO". "É lógico que tem gente que se puder engana a gente, que se puder quer receber os dois ou os três. Mas não é o pobre. Vai ver na Câmara e nos governadores. Quantos têm três ou quatro aposentadorias?"

E não é de 2 mil reais, é de 20 mil ou 30 mil. Quando vemos denúncias de um juiz ladrão, qual é o castigo que dão?"

Aposentadoria com salário integral.

35 mil ou 40 mil. A gente quando faz uma bobagem é mandado embora sem direito", disse o presidente.

Usando os verbos na terceira pessoa do plural, o petista voltou a se associar com "o povo". "Eu não sou eu. Eu sou vocês. Quem está na Presidência da República não é o Lula, são vocês, porque tudo o que faço, a minha escola, universidade e instituto federal eu aprendi com vocês", declarou.

Segundo Lula, "o povo quando tem mil reais, não vai depositar no banco não, vai comprar comida, roupa, cuidar da escola, comprar material escolar". "Ele não vai depositar em dólar, ele vai comer".

Ele atribuiu o crescimento do **PIB** aos trabalhadores, e não aos "patrões".

Na capital do Amapá, Lula estava acompanhado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Europa reage a Trump e exige inclusão da Ucrânia em negociações de paz

Os governos de Alemanha, Reino Unido e França, as principais potências europeias, rejeitaram ontem as negociações apenas entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da Rússia, Vladimir Putin, para pôr um fim à guerra na Ucrânia. Eles exigem a participação de Bruxelas e Kiev.

Ontem, o presidente americano parece ter mudado de ideia. Questionado por repórteres, na Casa Branca, se os ucranianos teriam lugar na mesa de negociações, ele disse que sim. "Eles são parte disso."

Teríamos Ucrânia, Rússia e outras pessoas envolvidas também", afirmou.

No entanto, no dia anterior, Trump e Putin conversaram por telefone e concordaram em se reunir para negociar um acordo que, provavelmente, deve incluir uma partilha da Ucrânia. A reunião, que deve ocorrer na Arábia Saudita, segundo a Casa Branca, não teria a presença do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, nem dos europeus.

Putin disse a Trump que qualquer acordo deveria solucionar "as causas do conflito" - uma referência à expansão da Otan no Leste da Europa.

Mas, de acordo com os europeus, qualquer discussão que envolva a segurança regional tem necessariamente que contar com a opinião da Europa.

DEFESA. O premiê britânico, Keir Starmer, afirmou que "não faz sentido uma negociação sobre a Ucrânia sem a presença da Ucrânia". O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que a Europa precisa "acordar e se defender sozinha". E o chanceler alemão, Olaf Scholz, criticou "uma paz ditada" pelos EUA e pela Rússia.

A ausência de Zelenski nas negociações e as demandas de Putin preocupam os europeus.

Em reunião ontem dos ministros de Defesa da Otan, em Bruxelas, o alemão Boris Pistorius afirmou que os EUA não deveriam ter feito concessões à Rússia antes das negociações, afastando a possibilidade de adesão da Ucrânia à Otan e aceitando que o país abra mão de parte de seu território.

O ministro da Defesa da França, Sébastien Lecornu,

foi irônico ao comentar o telefonema entre Trump e Putin.

"Parece uma tentativa de chegar à paz pela fraqueza, em vez da força", disse, em referência ao slogan "paz pela força", usado por Ronald Reagan para negociar com a União Soviética, nos anos 80, frequentemente adotado por Trump.

A União Europeia também expressou descontentamento.

"Qualquer acordo de paz sobre a Ucrânia negociado sem Kiev e os europeus está fadado ao fracasso", advertiu a chefe da diplomacia europeia, Kaja Kallas. "Nenhum acordo pelas nossas costas funcionará, qualquer acordo precisará da participação da Ucrânia e da Europa." Em entrevista à CNN, na quarta-feira, John Bolton, exconselheiro de Segurança Nacional de Trump, afirmou que o presidente americano havia "se rendido a Putin". "Se você estiver entrando em uma negociação, nunca anuncie o que é aceitável ou não antes de ela começar", disse. "Trump se rendeu a Putin." O secretário de Defesa americano, Pete Hegseth, que na quarta-feira disse que Trump vetou a adesão da Ucrânia à Otan como parte de um plano de paz, disse ontem, em Bruxelas, que o telefonema com Putin "não foi uma traição".

Na quarta-feira, Zelenski tentou parecer otimista, dizendo que havia conversado com Trump e acreditava "que a força dos EUA seria suficiente para pressionar a Rússia e Putin.

Ontem, porém, ele alertou os líderes mundiais que Putin não era confiável.

TERRITÓRIOS. A questão de onde as fronteiras da Ucrânia com a Rússia devem ser traçadas em qualquer negociação de paz entrou em foco nesta semana, depois que Hegseth disse que era "irrealista" para Kiev recuperar todo o território perdido desde 2014.

Kiev há muito tempo afirma que seu objetivo é restaurar as fronteiras de 2014, de antes da anexação da Crimeia. Desde 2022, quando a guerra começou, os russos conseguiram dominar parcialmente quatro regiões do leste da Ucrânia, tomando Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia e Kherson. No total, Putin detém

cerca de 20% do território ucraniano.

O temor dos europeus é de que Trump possa ceder ainda mais, como concordar em deter ou reverter a expansão da Otan, o que colocaria em risco estratégico países como Polônia, Romênia e as repúblicas do Báltico.

APOIO. Ontem, Trump repetiu que estava convencido de que Putin "quer a paz". Ele também pediu o retorno da Rússia ao G-7, grupo de países mais ricos do mundo, dizendo que a expulsão foi um erro. A Rússia foi suspensa em 2014, após a anexação da Crimeia, e anunciou sua retirada permanente em 2017.

Volta ao passado

Temor é de que Trump aceite que Putin reverta a expansão da Otan para países do Leste da Europa

**

Presidente quer fechar acordo nuclear com Rússia e China

Donald Trump disse ontem que deseja negociar um controle de armas nucleares com Rússia e China, para que eventualmente os três países possam cortar pela metade seus orçamentos de defesa. Ele lamentou as centenas de bilhões de dólares gastos na construção de armas nucleares e disse que espera obter compromissos para cortar gastos.

"Não há razão para estarmos construindo armas nucleares novas, já temos tantas", disse. "Você poderia destruir o mundo 50 vezes, 100 vezes." Enquanto EUA e Rússia possuem grandes estoques de armas desde a Guerra Fria, Trump previu que China alcançaria sua capacidade de causar devastação "dentro de cinco ou seis anos". A ideia de negociar um acordo com Rússia e China para cortar pela metade os gastos com defesa contradiz o que Trump vem exigindo de aliados europeus, que deveriam, segundo ele, aumentar os gastos militares de 2% para 5% do **PIB** - os EUA gastam 3,4% do **PIB** em defesa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Consultoria dos EUA diz que Brasil e Índia seriam os países mais afetados

A consultoria americana Capital Economics enumerou ontem quais países poderão ser os mais atingidos pela reciprocidade de tarifas anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Entre eles, está o Brasil.

Conforme a consultoria, pelas regras de reciprocidade tarifária é preciso considerar não só a média das taxas que outros países aplicam às exportações dos EUA, mas também o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) cobrado sobre essas exportações americanas.

Assim, se os EUA decidirem aplicar tarifas equivalentes, que combinem tanto as taxas de IVA quanto as tarifas normais, a Índia (29%) e o Brasil (28%) seriam os mais afetados. Eles seriam seguidos pela União Europeia (25%), Reino Unido (24%), México (23%) e Canadá (19%), conforme análise da consultoria.

No entanto, a medida também traria problemas aos EUA, afirmaram os analistas da Capital Economics. Segundo a consultoria, a tarifa média efetiva sobre todas as importações dos EUA aumentaria de menos de 3%, atualmente, para cerca de 20%. Isso poderia levar a **inflação** anualizada no país para até 4% no fim deste ano.

A **inflação** americana fechou janeiro em 3%, pelo índice anualizado, que foi divulgado na quarta-feira. A meta perseguida pelo Fed (o banco central americano) é de 2% ao ano. No mês passado, a autoridade monetária dos EUA decidiu interromper os cortes na taxa básica de juros, hoje entre 4,25% e 4,5%, após três reduções seguidas nas reuniões anteriores.

A despeito da alta do índice registrada em janeiro, Trump tem criticado a política de juros do Fed e pediu, mesmo sem poder de decisão, que os juros caiam.

MEDIDA INEXEQUÍVEL. Para Welber Barral, consultor na área de comércio internacional e secretário de Comércio

Exterior do Brasil entre 2007 e 2011, as medidas anunciadas por Trump podem não ser exequíveis devido à complexidade para sua implementação.

"De acordo com o anúncio, os EUA vão revisar as tarifas país por país e fixarão novas tarifas sobre os parceiros comerciais que o USTR (Representante

Comercial dos Estados Unidos) considera justas com base em critérios específicos. Critérios que incluem regime tributário do parceiro comercial, medidas regulatórias não tarifárias, subsídios e até mesmo o valor da moeda. Pense (como) considerar todos esses dados, para cada parceiro comercial, com esse grau de subjetividade", comenta Barral.

Para o professor de política comercial na Universidade Cornell Eswar Prasad, a proposta de Trump "equivale a uma declaração de uma guerra comercial total contra praticamente todos os principais parceiros comerciais dos EUA". "É decepcionante ver o país que foi o principal proponente do livre comércio agora envolvido em um ataque direto aos princípios desse sistema", disse.

REVIRAVOLTA. O advogado tri-butarista Timothy Brightbill, do escritório americano Wiley Rein, disse que a medida anunciada por Trump é "uma das maiores mudanças na política comercial dos EUA em mais de 75 anos, desde a criação do atual sistema de comércio mul-tilateral", em 1947.

Para Chad Bown, do Instituto Peterson de Economia Internacional, a iniciativa viola duas regras fundamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC): aplicar diferentes taxas tarifárias a países diversos violaria um compromisso dos membros da organização de não discriminar uns aos outros. E, se os Estados Unidos aumentarem suas tarifas além da taxa máxima que negociaram com outros membros, isso também violaria as regras comerciais.

"Uma decisão de aumentar unilateralmente as tarifas de importação dos EUA, produto por produto, país por país, seria o maior golpe do presidente Trump até agora ao sistema de comércio baseado em regras", disse Bown. nyt, thais

PORSCH e LUCIANA DYNIEWICZ

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda vê expansão menor do PIB neste ano

A Secretaria de Política Econômica (SPE), vinculada ao Ministério da Fazenda, reduziu sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, de 2,5% para 2,3%, refletindo principalmente os efeitos da alta dos juros. A projeção de desaceleração da atividade consta no documento 2024 Em Retrospectiva E O Que Esperar de 2025, publicado ontem pela pasta. No mesmo documento, a SPE manteve sua projeção para a **inflação** neste ano, em 4,8%, ainda acima do teto da meta - que é de 4,5%.

As projeções da Fazenda tanto para o **PIB** quanto para o IPCA continuam distantes das estimativas feitas pelo mercado. De acordo com a última versão do boletim Focus (que compila as projeções dos analistas), divulgada na segunda-feira, a projeção para o IPCA subiu pela 17.ª vez seguida, para 5,58%, enquanto a previsão para o **PIB** está em 2,03%.

Ao justificar a mudança na expectativa para o **PIB**, o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, afirmou que ela decorre, em grande medida, dos efeitos defasados da política monetária. "Nós estamos atravessando um ciclo de aumento de juros, que tem impacto no ritmo de atividade, e esse ciclo da política monetária afeta particularmente aquilo que chamamos de atividades cíclicas, que têm relação com o ciclo econômico", disse o secretário.

No documento divulgado ontem, a SDE afirma que as atividades mais dependentes das dinâmicas de crédito, massa de rendimento e transferências devem ser mais impactadas pelo aumento nos juros e a diminuição dos estímulos fiscais do governo. Por outro lado, continua o texto, atividades como a agropecuária e a indústria extrativa devem crescer em ritmo expressivo neste ano - avanços que na visão da Fazenda devem garantir que o crescimento real (acima da **inflação**) não se distancie do potencial, com um efeito desinflacionário pela maior oferta de produtos. "As atividades não cíclicas tendem a ter um ano mais positivo em 2025 do que em 2024. Então, uma coisa compensa parcialmente a outra", acrescentou Mello.

SETORES PRODUTIVOS. Entre os setores produtivos, a Fazenda manteve sua projeção de crescimento de 6% para a atividade agropecuária. "Temos dados hoje que reforçam essa nossa visão, de uma safra muito positiva para o Brasil, o que ajuda não

apenas na atividade, mas também no controle do preço dos alimentos", observou Mello.

Na direção oposta, impactada pelos efeitos do ciclo de alta dos juros do Banco Central, a SPE prevê desaceleração para a indústria - a projeção para o setor foi revisada de avanço de 2,5% para 2,2% - e os serviços - cuja expectativa recuou de 2,1% para 1,9%. Segundo Mello, ainda, já há um conjunto de informações que indicam desaceleração no mercado de trabalho e em serviços.

A projeção da SPE prevê que, ao longo deste primeiro trimestre de 2025, o ritmo de crescimento deverá voltar a subir na margem para desacelerar em seguida. "A expansão da atividade agropecuária deverá ser na casa de dois dígitos no primeiro trimestre de 2025, repercutindo a colheita recorde de soja. O **PIB** de serviços também deve acelerar na margem no primeiro trimestre, refletindo o reajuste do salário mínimo e o impulso em atividades relacionadas à agropecuária, como os transportes e o comércio", diz o documento da SPE.

O quadro de desaceleração deve se iniciar no segundo trimestre e, a partir de julho, na visão da Fazenda, a atividade deverá se manter estável, pela redução dos impulsos do crédito e do mercado de trabalho, reflexo da política monetária contracionista.

IPCA. Sobre a projeção para a **inflação**, acima do teto da meta, a SPE mencionou a resiliência da alta dos preços "em função de efeitos defasados da depreciação cambial e do ritmo aquecido de atividade". E comportamento distinto entre as categorias de **inflação**: expectativa de queda em alimentos, estabilidade para serviços e alta em preços monitorados e bens industriais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Varejo tem retração em dezembro, mas fecha 2024 com alta de 4,7%

Assim como ocorreu com a produção da indústria e com a prestação de serviços no País, as vendas no comércio varejista caíram na reta final de 2024. O volume vendido no varejo recuou 0,1% em dezembro ante novembro, após já ter diminuído 0,2% no mês imediatamente anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado reforça a percepção de uma atividade econômica perdendo força no quarto trimestre do ano passado, embora o resultado do comércio varejista no ano tenha permanecido robusto, com alta de 4,7% em relação ao de 2023. Foi o oitavo ano consecutivo de crescimento, e o melhor desempenho anual desde 2012.

"O varejo restrito veio sem grandes surpresas, com queda disseminada. Foi uma queda também muito parecida com a de novembro", avaliou o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano. "Depois do oitavo mês do ano, houve perda de dinamismo do comércio. Ainda assim, um crescimento de 4,7% no ano é um desempenho forte", ponderou.

No quarto trimestre de 2024, a alta foi de 0,6% ante o terceiro trimestre, sexto trimestre consecutivo de altas.

O economista Rodolfo Margato, da gestora de recursos da XP Investimentos, prevê que o varejo cresça moderadamente neste ano. Ele estima que a alta de 4,7% foi a alta das vendas em 2024 em relação a 2023, 8.º ano consecutivo de crescimento e o melhor desempenho desde 2012. O crescimento no 4.º trimestre do ano ante os 3 meses anteriores

da real disponível das famílias arrefeça seu ritmo de crescimento, corroborando a perspectiva de desaceleração no consumo. "Acreditamos que o consumo pessoal de bens enfraquecerá ao longo deste ano, principalmente devido ao aumento da **inflação**, à política monetária contracionista e a certa estabilização no mercado de trabalho."

Na passagem de novembro para dezembro, cinco das oito atividades que integram o comércio varejista registraram perdas: equipamentos para informática e comunicação (-5,0%), farmacêuticos e perfumaria (-3,3%), combustíveis (-3,1%), vestuário (-1,7%) e supermercados (-0,4%). Na direção oposta, os

avanços ocorreram em outros artigos de uso pessoal e doméstico, que inclui as lojas de departamento (0,6%), móveis e eletrodomésticos (0,7%) e livros e papelaria (0,8%). No comércio varejista ampliado - que inclui as atividades de veículos, material de construção e atacado alimentício -, houve queda de 1,1% em dezembro ante novembro. O segmento de veículos teve redução de 0,8%, material de construção caiu 2,8% e atacado alimentício cresceu 1,8%.

ACOMODAÇÃO. A acomodação recente nas vendas ocorreu após uma sequência de altas que levaram o volume vendido a alcançar patamar recorde em outubro de 2024, frisou Cristiano Santos, gerente da pesquisa de comércio do IBGE. Em dezembro de 2024, o varejo restrito operava 0,3% abaixo do patamar recorde de vendas de outubro. O varejo ampliado operava em patamar 2,6% aquém do recorde na série histórica, alcançado também em outubro de 2024.

Segundo Santos, há uma estabilidade dentro de uma tendência de alta. As variações negativas de novembro e dezembro seriam muito próximas à estabilidade.

"No ano, o contexto (da economia) foi mudando. Nesses últimos dois meses de 2024, o contexto já está bastante diferente do que foi no início do ano. Mas a gente teve expansão da massa de rendimentos, expansão do número de pessoas ocupadas ao longo do ano, o crédito estável. Esses fatores impulsionaram esse primeiro semestre. Foi um primeiro semestre mais forte, que foi diminuindo ao longo do segundo semestre", disse o pesquisador do IBGE.

Por outro lado, uma **inflação** mais pressionada na segunda metade do ano, com destaque para o encarecimento da alimentação no domicílio, prejudicou o desempenho do varejo como um todo, especialmente por conta do peso robusto do setor de supermercados na pesquisa, acrescentou Santos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Há oportunidade para o Brasil na reconfiguração geopolítica"

JOÃO SORIMA NETO

ENTREVISTA - Drausio Giacomelli / economista sênior do Deutsche bank

O estrategista e economista sênior do Deutsche Bank Drausio Giacomelli avalia que o Brasil precisa olhar para além das "trincheiras do dia a dia" na relação com o presidente americano Donald Trump e aproveitar o atual momento de reconfiguração dos fluxos comerciais para se inserir nas cadeias globais de abastecimento. Ele conversou com O GLOBO por videoconferência de Nova York, onde está baseado.

O senhor acredita que Donald Trump vai intensificar a guerra comercial?

Tem uma característica do comércio internacional que, em princípio, mostra que os ganhos são mútuos. Mas os países menores são os que mais se beneficiam. Então, a administração aqui está usando esse segundo fator, virou um tipo de instrumento de barganha. Mas se ele começar a taxar tudo, aço, eletrônicos, haverá uma tarifa a mais no consumo. Então, ele sabe que tem um limite. E com esse número de **inflação** de hoje (0,5% em janeiro, acima do esperado, de 0,3%), vão ter que pensar duas vezes antes de serem agressivos com os países fornecedores de produtos. Mas isso são as trincheiras do dia a dia.

Como o Brasil deve reagir às medidas de Trump?

Se a gente sair dessas trincheiras do dia a dia, um país como o Brasil tem muito a ganhar porque está largamente isolado das chamadas cadeias de fornecimento. O Brasil está, digamos, no jardim da infância quando comparado à China e até mesmo ao México. Então, há uma oportunidade enorme para o Brasil nessa reconfiguração geopolítica. O país tem muito mais a ganhar do que perder nesse ambiente de realinhamento de fluxos comerciais. O país pode participar mais de acordos comerciais em vez de favorecer políticas protecionistas e se inserir nas cadeias de suprimentos globais.

Onde o país pode ganhar?

Onde os Estados Unidos querem mais resiliência, claro que no suprimento de commodities. O Brasil já

tem uma participação grande, mas poderia diversificar. Ao longo das últimas décadas, o país reduziu a diversificação e aumentou a dependência da China, e é muito exposto a Argentina, América Latina e muito pouco aos Estados Unidos. Estamos pensando muito estreito. Do ponto de vista doméstico, há oportunidades de diversificação maior e de acesso a outros mercados. O Brasil produz outras commodities além da soja. No passado, exportava itens de transporte aos EUA, mas hoje não mais.

O Brasil ainda exporta pouco para os EUA?

Os EUA têm demanda, estão em pleno emprego e não vão produzir tudo. É uma oportunidade na mudança das cadeias. Num mundo cada vez mais afetado por esses movimentos bilaterais em vez de multilaterais, é perigoso você ficar dependente de alguns países, principalmente aqueles que estão na linha de fogo dos Estados Unidos. Então, acho que para o Brasil isso passa por barreiras ideológicas, de comprometimento com princípios econômicos, de abertura. Tem várias barreiras que são muito mais domésticas do que internacionais para o Brasil se beneficiar disso.

O alvo principal das medidas de Trump é a China?

Pode ser o principal alvo, mas não quero entrar nesse mérito. Acho que a inteligência artificial da China é um novo momento Sputnik. E a sociedade americana se mobiliza muito contra uma ameaça, é histórico. A reconfiguração do comércio internacional é um movimento de resposta a essa ameaça real.

Que outras medidas Trump pode adotar contra a China?

Sobre que produtos?

É difícil dizer. Mas ele pode, por exemplo, tentar restringir o acesso dos chineses a outros mercados, como o brasileiro. Pode haver tensão se o Brasil começar a facilitar o uso de IA chinesa. Isso para mim seria o mais imediato. Mas, de novo, o Brasil exporta muito pouco aos Estados Unidos. Essa estratégia seria usada mais com o México, onde os americanos não querem que a indústria mexicana importe partes de automóveis que são depois exportados aos EUA.

Há risco de medidas contra o Brasil?

O comércio entre os dois países é basicamente equilibrado. Essa tarifa no aço foi mais para evitar a triangulação da China. Mas, na questão de reciprocidade, há um risco maior, porque a tarifa do Brasil a produtos americanos é 10 pontos (percentuais) superior à dos EUA no (comércio) bilateral. Então, há um princípio da reciprocidade que pode ser usado. Mas eu acho que o Brasil é um peixe pequeno para os Estados Unidos.

O dólar tem perdido valor frente ao real nos últimos dias. O que explica isso?

Com a vitória de Trump, o investidor estava cauteloso com a expectativa de um tarifaço. O dólar estava próximo ao pico dos últimos 40 anos na posse dele. Com uma certa moderação no discurso de Trump, ele recuou. No Brasil, com saídas de dólar, houve uma camada a mais de especulação com a chegada de Trump. Com um ambiente mais favorável externamente, essas posições em dólar foram desfeitas e a moeda americana vem caindo.

Com **inflação** pressionada, o Fed, o banco central americano, não deve reduzir sua taxa básica. Juros altos nos EUA afetam os fluxos para países emergentes como o Brasil, não?

Sim, mas eu não daria tanto peso para isso. Isso já tem afetado os emergentes nos últimos anos. Claro, o cenário de juros altos nos EUA é negativo para o Brasil, mas não é limitante. O fator limitante tem sido a direção de política e a ideologia econômica nos últimos anos, da direita e da esquerda, sem uma perspectiva clara.

A escalada das tarifas de Trump

20 de janeiro: Logo depois de tomar posse, Donald Trump anuncia a imposição de sobretaxas a todos os produtos de México e Canadá a partir de 10 de fevereiro.

30 de janeiro: Trump cita a proposta de taxar em 10% as importações vindas da China.

1º de fevereiro: O presidente americano assina decretos prevendo tarifas de 25% sobre as importações de México e Canadá e de 10% sobre as da China, a partir de 4 de fevereiro.

3 de fevereiro: Trump adia em 30 dias o início da aplicação das tarifas para México e Canadá.

9 de fevereiro: A China impõe tarifas retaliatórias sobre os EUA. Trump diz que vai taxar importações de aço e alumínio.

10 de fevereiro: Trump assina os decretos das sobretaxas de 25% sobre aço e alumínio, que entrarão em vigor em março.

13 de fevereiro: Trump anuncia que adotará "tarifas recíprocas" sobre importações de países que taxam produtos dos EUA com alíquotas superiores às aplicadas pelos americanos.

4 de março: Entram em vigor as sobretaxas de México e Canadá.

12 de março: Entram em vigor as tarifas de 25% sobre aço e alumínio.

10 de abril: É a data prevista para anunciar os detalhes, por país e alíquota, das "tarifas recíprocas".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Recurso fora do Orçamento será alvo de pente-fino pelo TCU

Por Guilherme Pimenta - De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) fará um pente-fino no financiamento de políticas públicas por meio de recursos que não transitam diretamente pelo Orçamento, como no caso de uso de fundos no programa educacional Pé-de-Meia.

Na Matriz de Planejamento de auditoria à qual o Valor teve acesso, determinada ano passado pelo atual presidente da corte de contas, Vital do Rêgo, o TCU aponta que "a utilização de mecanismos de realização de despesas públicas ou financiamento de políticas públicas por meio de recursos que não transitam diretamente pelo Orçamento Geral da União pode acarretar a perda de credibilidade da gestão orçamentária e fiscal da União".

O processo foi aberto quando Vital ainda estava como ministro, no ano passado. Como agora ele preside a corte, quem assumiu o processo foi o ministro Bruno Dantas.

A auditoria vai apurar o não recolhimento de receitas públicas à Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), capitalização de fundos privados com recursos não financeiros da União, bem como capitalização de fundos com recursos oriundos de outros fundos, perpetuação de fundos criados com finalidades específicas e transitórias, ampliação do escopo de atuação de empresa estatal e utilização de recursos de fundos públicos como funding para políticas de concessão de crédito.

O TCU liberou nesta semana o pagamento do programa educacional Pé-de-Meia, operacionalizado via fundos e fora das regras fiscais, o que foi considerada uma vitória pelo governo Lula. De outro lado, impôs uma derrota ao Executivo, ao cobrar providências para a inclusão do programa em sua totalidade no Orçamento ainda neste ano.

É saudável o TCU se movimentar com antecedência e de forma proativa"

- Gabriel Leal de Barros

Os impactos, no entanto, devem ser mais limitados, já que o prazo para a providência é de 120 dias. Além disso, a decisão foi ainda mais flexível, já que, caso o

Congresso não aprove o projeto para incluir o programa no Orçamento, ele continuará de pé, o que pode tornar inócua a própria providência determinada pelo tribunal.

Na proposta de auditoria, o tribunal de contas destaca que o uso de fundos e de financiamento de políticas fora do Orçamento "é indutor de potenciais efeitos danosos para a economia do país, a exemplo de necessidade de elevar a taxa referencial de juros (Selic) e/ou de mantê-la elevada por maior tempo".

O órgão ainda cita possíveis impactos na ponta longa da curva de juros, "o que afeta o custo dos investimentos que necessitam de maior maturação; impacto no perfil da dívida pública, com alteração nos prazos e/ou indexadores dos títulos emitidos". Por último, o TCU fala em impacto na taxa de câmbio e, conseqüentemente, na **inflação**.

"É saudável o TCU se movimentar com antecedência e de forma proativa, não passiva ao potenciais contornos das leis orçamentárias e fiscais do país", avaliou Gabriel Leal de Barros, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Ele também criticou o modelo final tomado pelo órgão em relação ao programa Pé-de-Meia, tendo em vista que é possível que a decisão não tenha efetividade.

"A decisão do pleno do TCU de dar 120 dias para uma solução e nesse ínterim autorizar a continuidade da execução do programa ao arrepio do arcabouço fiscal institucional me deixou preocupado. De outra forma, a decisão dá um passo à frente e dois para trás", criticou o especialista.

No mesmo sentido opinou Paulo Bijos, ex-secretário de Orçamento Federal e consultor legislativo da Câmara dos Deputados, especialista em temas fiscais. "Será uma auditoria importante. Tem o potencial de contribuir para o alcance de uma compreensão mais sistêmica acerca do uso de fundos públicos e privados, reduzindo incertezas sobre esse tema, em prol da boa governança orçamentária", resumiu o consultor.

O Ministério da Fazenda foi procurado, mas não se manifestou até a conclusão desta edição.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

20 ocupações concentram trabalhadores excluídos da Previdência Social

Por Marcelo Osakabe - De São Paulo

Apenas 20 ocupações do mercado de trabalho concentram 19,5 milhões de pessoas que estão empregadas, mas não contribuem com a Previdência. Caso todo esse contingente migrasse para o mercado de trabalho formal, o total de contribuintes subiria de 65 milhões para 84,5 milhões, uma alta de 30%.

O levantamento foi feito pelo especialista em previdência Rogério Nagamine Costanzi. Ele defende que o governo desenhe políticas para incentivar a formalização dessa parcela de trabalhadores, com o objetivo ajudar a melhorar a sustentabilidade da Previdência, mas admite que alcançar este objetivo é difícil.

"É muito pouco factível que a formalização completa desse grupo venha acontecer, dado o caráter estrutural de informalidade de muitas das ocupações. São trabalhadores domésticos, pedreiros, comerciantes, condutores de automóveis e táxis, balconistas e vendedores de lojas, cabeleireiros, cozinheiros, pintores, entre outros", diz.

As 20 ocupações somam, ao todo, 35,3 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Anual (Pnad Contínua) de 2023. Elas respondem por mais da metade (56,7%) do total de trabalhadores ocupados que não fazem contribuição para a aposentadoria. No topo da lista, estão os trabalhadores de serviços domésticos. Dos 4,47 milhões que estavam empregados em 2023, 2,86 milhões ou 63,9% não contribuíam para o RGPS.

Para o professor da Faculdade de Economia e Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo Hélio Zylberstajn, o exemplo dos trabalhadores domésticos ilustra bem a dificuldade de atacar o problema através de políticas setoriais.

Muitos brasileiros não se encaixam no mercado com carteira"

- Bruno Imaizumi

Ele cita dados da Pnad Contínua entre o quarto trimestre de 2015 e o de 2024 que mostram que a quantidade de trabalhadores domésticos caiu 2,8%, mas com comportamentos bem diferentes entre com e

sem carteira assinada. O primeiro grupo contraiu 28,5% no período, enquanto o segundo cresceu 9,9%.

"A PEC das domésticas reduziu a formalização da ocupação e fez explodir a informalidade. É um bom exemplo de como pode ser perigoso fazer política setorial", diz. "Mostra a dificuldade que a gente tem de acomodar demanda de trabalho nesse quadro institucional da CLT. Se eu tenho uma empregada doméstica sem registro e quero registrar, a diferença de custo é muito grande. Então o empregador meio que joga na probabilidade: se o custo de formalização é 100 e probabilidade de ser multado é 10%, então é como se o custo, na verdade, fosse 10. Assim, o empregador prefere manter a informalidade."

Para Bruno Imaizumi, economista da LCA 4Intelligence, a PEC das domésticas não foi o principal fator que tirou esses trabalhadores da formalidade. Antes, a combinação de uma crise econômica muito forte em 2015 e 2020 combinada com mudanças dos padrões de trabalho para o modelo remoto ou híbrido, que liberou mais tempo em casa e permitiu que as pessoas pudessem assumir ao menos parte do trabalho doméstico.

"Isso significa que muitos trocaram as mensalistas por diaristas, que é um tipo de ocupação, para fins de Previdência, que contribui muito menos", diz.

Ainda assim, ele também vê dificuldades em implementar políticas setoriais nesse sentido. "A proporção de informais não muda muito porque informalidade no Brasil é estrutural. Mesmo em momentos de mercado de trabalho aquecido, como agora, você vê que a proporção de informais não muda muito", diz. Segundo a Pnad Contínua, a taxa de informalidade chegou a 38,6% no trimestre encerrado em dezembro, de 39,1% no fim de 2023.

"A gente esbarra na questão educacional: muitos brasileiros não se encaixam no mercado com carteira a. Além disso, o Brasil não é um país que facilita para pequenos e médio negócios, que são os que mais empregam", lembra Imaizumi.

Zylberstajn nota que, em outros países, as ocupações com maior proporção de informalidade são semelhantes à brasileira. "Em geral, são pessoas pouco qualificadas que acabam aceitando esse tipo de

situação, ou ainda pessoas em alguma situação de vulnerabilidade, como imigrantes em visto de permanência."

A resistência dos empregadores é outro fator a ser considerado e uma amostra disto está na atual discussão sobre a regularização dos trabalhadores por aplicativos. "As empresas do setor fazem lobby pesado contra a formalização no Brasil e no mundo, já que é algo que elevaria seus custos. Muitos dos próprios trabalhadores também são contra, já que dão peso maior à renda que recebem hoje em detrimento do que podem receber lá na frente, quando estiverem mais velhos", diz o economista da LCA.

Em sua avaliação, uma medida possível é avançar na oferta de cursos técnicos. "É algo que o Brasil ainda faz mal, proporcionalmente. As empresas que precisam desse tipo de talento também poderiam se organizar para oferecer mais cursos e mentorias para qualificar a sua mão de obra."

Já Zylberstajn tem uma visão mais cética. "Na minha avaliação, a melhor política para combater a informalidade ainda é o crescimento econômico continuado, duas ou três décadas de crescimento com investimento agressivo em infraestrutura. É a única forma de absorver mão de obra com baixa qualificação", diz. "Não é o crescimento de hoje, que é resultado de políticas de renda e crédito do governo. Esse tipo de crescimento a gente sabe que leva à **inflação**, não vai muito longe."

Constanzi ressalta ainda que os trabalhadores informais são apenas parte do problema da Previdência pela ótica da contribuição. "Há ainda outro grave problema que é a contribuição quase simbólica de alguns grupos como a previdência rural e o Micro Empreendedor Individual (MEI)", pontua.

No caso do primeiro, a despesa com o RGPS rural foi de cerca de R\$ 185,8 bilhões em 2023, mas arrecadação de R\$ 8,6 bilhões. Ou seja, a receita custeou apenas 4,6% do gasto.

Já a participação do segundo vem crescendo e chegou a 11,8% do total de contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) em 2023, considerando apenas os com pelo menos uma contribuição no ano.

A questão é que a contribuição do MEI para a Previdência é "extremamente desequilibrada do ponto de vista atuarial, beirando o não contributivo", diz Constanzi. A legislação garante ao MEI aposentadoria de um salário mínimo para quem contribui com 5% do salário mínimo, bem abaixo do CLT, que paga 7,5% a 14% do salário mais a alíquota patronal de 20%.

Mesmo a adesão ao MEI não garante a contribuição à Previdência, ressalta o especialista. Em 2023, o total de MEIs com pelo menos uma contribuição chegou a 8,7 milhões, mas, considerando o número médio mensal de contribuintes, esse número cai para 6,4 milhões.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Copom eleva juros básicos para 12,25% ao ano

Agência Brasil

A alta recente do dólar e as incertezas em torno da **inflação** e da economia global fizeram o Banco Central (BC) aumentar o ritmo de alta dos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 1 ponto percentual, para 12,25% ao ano. A decisão surpreendeu o mercado financeiro, que esperava uma elevação de 0,75 ponto.

Essa foi a terceira alta seguida da Selic. A taxa retornou ao nível de dezembro do ano passado, quando estava em 12,25% ao ano. A alta consolida um ciclo de contração na política monetária.

A alta consolida um ciclo de contração na política monetária. Após passar um ano em 13,75% ao ano, entre agosto de 2022 e agosto de 2023, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões, de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano, começando a aumentar a Selic na reunião de setembro, quando a taxa subiu 0,25 ponto, e novembro, quando subiu 0,5 ponto.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em novembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial, caiu para 0,39%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desaceleração foi puxada pela bandeira verde nas contas de luz e pela queda nos combustíveis, mas o preço dos alimentos, principalmente da carne, e das passagens aéreas continuou a subir.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,87% em 12 meses, acima do teto da meta deste ano. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de **inflação** de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No último Relatório de **Inflação**, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária elevou para 4,31% a previsão para o IPCA em 2024,

mas a estimativa pode subir ainda mais mudar por causa da alta do dólar e do impacto da seca prolongada sobre os preços. O próximo relatório será divulgado no fim de dezembro.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da **inflação**. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=136265#page/6>

Com poder esvaziado, Padilha é cobrado por crise

LAURIBERTO POMPEU, JENIFFER GULARTE E VICTORIA ABEL

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi cobrado na última quarta-feira a se empenhar por uma solução para a crise das emendas durante uma reunião com líderes partidários da Câmara. Segundo relatos dos presentes, o deputado Damião Feliciano (União-PB), um dos vice-líderes do governo, foi o responsável por vocalizar a demanda e pediu mais empenho do Palácio do Planalto para solucionar o problema. Os parlamentares dizem que Padilha não respondeu e silenciou sobre o assunto.

Uma ala do Parlamento vê as digitais do Planalto nas decisões de bloqueio de verbas do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A cobrança sobre o tema ocorre em um momento em que Padilha, que é responsável pela articulação política, tem enfrentado obstáculos para conduzir as conversas da **reforma ministerial** por ter o próprio cargo sob risco. Um dos cenários avaliados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva inclui a troca do comando da secretaria.

MINISTRO FRAGILIZADO

Ainda que Lula não dê sinais efetivos de que mudará o comando da pasta, líderes do Congresso já veem Padilha fragilizado para falar em nome do presidente sobre alterações no primeiro escalão. Na visão de parte dos líderes, Padilha está com "café frio" para capitanear articulações. Para os parlamentares, há uma reforma na cabeça de Padilha e outra na de Lula.

A reunião foi convocada por Padilha para alinhar uma lista de prioridades do governo na Casa. Líderes presentes no encontro também disseram que o clima da reunião foi morno, sem maiores expectativas por parte dos presentes. Os líderes do PSD, Antonio Brito, e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), não discursaram. Também foi citado o fato de líderes terem saído da reunião antes de ela terminar, incluindo Brito, o líder do PDT, Mario Heringer (MG), e do PT, Lindbergh Farias (RJ).

O assunto da **reforma ministerial** chegou a ser tocado por Padilha, que disse que o governo começa agora o segundo tempo e que poderia haver alterações no time. O ministro também disse que

presidentes de partidos e líderes vão ser chamados para outras reuniões para definir negociações para a reforma. Ainda que Lula não tenha tomado nenhuma decisão sobre mudanças em ministérios, há sinalizações de alterações em pastas comandadas por PT, PSD, União Brasil e PP.

Presente no encontro, o líder do MDB é um dos citados como um nome que agradaria a Câmara caso substituísse Padilha na SR1. O próprio ministro fez um aceno ao emedebista na reunião e disse que ele e Brito são "líderes dos líderes". A avaliação do gesto de Padilha, no entanto, foi motivo de divergência entre os presentes. Uma parte não acredita que Lula vai querer mudar a SRI e a outra ainda vê chance de mudança no ministério.

COSTURA COM O COMANDO

Lula tem indicado que vai ouvir os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), antes de referendar mudanças, numa sinalização de deferência aos novos comandantes das Casas. A intenção é buscar a governabilidade para a segunda metade do mandato.

Aliados de Hugo Motta afirmam que os líderes se movimentaram para designá-lo para cuidar da reforma diretamente com Lula, por não quererem negociar com Padilha frente a uma relação desgastada. Já no Senado, independente da condição de força do ministro da SRI, interlocutores de Alcolumbre afirmam que o novo presidente seria, de qualquer forma, peça importante nas conversas sobre as trocas.

- Davi chega à presidência bem empoderado, por um apoio multilateral, do governo e da oposição, e é um nome que tem toda força de dialogar representando o Senado -afirma o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (União-PB).

Deputados também citam que, embora tenha menos contato com as Casas, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem tido termômetro melhor sobre a direção das mudanças. Veio de Rui, por exemplo, a indicação de que Alexandre Silveira e Carlos Fávaro, ambos ministros do PSD, não seriam deslocados dos cargos apesar das pressões do Congresso.

Aliados do ministro admitem que o próprio Padilha já

ouviu de líderes que a tarefa para conduzir a **reforma ministerial** deve ser tocada pelo novo ocupante da SRI. Quando tocam no assunto com o ministro, os parlamentares citam os rumores de que Padilha deve ir para a Saúde. Médico, o ministro ocupou o cargo no governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014. Enquanto fritam o ministro no atual cargo, parlamentares também tentam costurar boa relação com Padilha para a hipótese de ele ocupar a cadeira de Nísia Trindade.

O ministro enfrenta ainda resistência no PT. Petistas da alta cúpula da legenda afirmam que sua permanência está "insustentável". A ala da legenda contrária à atuação do ministro diz que o relacionamento de Padilha com líderes do Centrão está desgastada e que os principais acordos construídos no Congresso devem ser creditados aos líderes da Câmara, José Guimarães, do Senado, Jaques Wagner, e ao empenho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

**

Solução em análise deve reforçar poder do Executivo

Deputados e senadores vão pressionar o governo Lula como objetivo de redirecionar o valor que foi bloqueado pelo ministro Flávio Dino em emendas de comissão no ano passado. A solução desenhada por governistas e técnicos do Congresso passa pela distribuição via repasses sob controle do Executivo, as chamadas RP2, e abre margem para reforçar o poder de negociação do Planalto diante do Legislativo.

Se isso ocorrer, as pastas serão responsáveis pela indicação e execução dos recursos, sem a identificação de quem fez os pedidos iniciais. Esse tipo de verba não é de pagamento obrigatório e os parlamentares, em tese, teriam que solicitar os recursos individualmente. Nas de comissão, também sem pagamento obrigatório, as indicações partiam originalmente dos parlamentares.

O Planalto e líderes governistas confirmam que o desenho para contemplar os parlamentares que "perderam" recursos deve ser por meio dessa modalidade.

Apesar de a mudança discutida reforçar o poder do governo, as verbas também podem ser solicitadas a pastas sob o poder do Centrão. (VictoriaAbel)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Na onda da reforma ministerial, Centrão e oposição miram cargos da Petrobras

Não é só a **reforma ministerial** que está movimentando o Centrão em Brasília. Lideranças do Congresso, incluindo as da oposição, querem aproveitar a onda de mudanças esperada no governo Lula para emplacar apadrinhados também na Petrobras.

Embora a atual presidente da companhia, Magda Chambriard, esteja no cargo há oito meses, ela não trocou todos os diretores quando assumiu, e em Brasília se espera que ela faça as substituições em breve - de preferência por seus aliados.

Essas diretorias - de Logística, de Transição Energética e até a de Compliance, em que o titular é escolhido por lista tríplice formada por uma empresa de recrutamento - agora estão na mira dos políticos que orbitam em torno da empresa.

Os três cargos estão nas mãos de executivos que Magda já pretendia trocar no início da sua gestão - Claudio Schlosser, Maurício Tolmasquim e Mário Spinelli, respectivamente.

Até onde se sabe, porém, Magda resiste, e tem afirmado a interlocutores que não vai abrir espaço para o Centrão na empresa. A CEO até já abriu espaço para indicações políticas na estatal no ano passado, como mostramos no blog, mas o movimento foi restrito ao PT e a sindicalistas da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A diretoria mais cobiçada é a de Logística - antiga divisão de Abastecimento, que esteve no centro dos escândalos do Petrolão, loteada pelo PP e o então PMDB, e comandada por Paulo Roberto Costa e sob o controle de lideranças políticas à época como José Janene (PP), morto em 2010, e Eduardo Cunha (PMDB).

De olho no cargo estão os deputados Altineu Côrtes (RJ) e João Carlos Bacelar (BA) - egressos desse grupo político, eles agora estão no PL de Jair Bolsonaro, e mesmo assim vez por outra pleiteiam espaço na Petrobras, alegando que um terço da bancada do partido vota com o governo no Congresso.

De acordo com fontes da Petrobras, eles têm mandado recados para o governo por meio de deputados ligados a Lula, e esses recados chegaram

à cúpula da companhia. Tanto na petroleira como no Planalto contam que, na gestão de Jean Paul Prates, eles tentaram indicar apadrinhados para gerências executivas subordinadas à diretoria de Logística. Não conseguiram.

Agora que passou a circular na Petrobras a informação de que Magda trocaria os diretores, novos recados chegaram ao governo.

Interlocutores de Altineu, no entanto, negam qualquer relação do deputado com a disputa e atribuem o apetite pela Petrobras à ala mais governista do PL, citando nominalmente Bacelar como o responsável pela pressão.

Ainda segundo esses mesmos aliados, Bacelar, que é da Bahia e próximo do ministro da Casa Civil, Rui Costa - um dos fiadores da indicação de Magda em 2024 - considera que teria direito a pleitear algum espaço. Bacelar, porém, também nega qualquer intenção de controlar a diretoria.

Em nota enviada à equipe da coluna, ele afirmou que "o diretor que está prestes a ser demitido está usando indevidamente o nome do deputado e do PL para prejudicar alguns funcionários da empresa. Não existe nenhuma articulação da parte do deputado e do PL no sentido de ocupar cargos no governo ou Petrobras".

Nossa mensagem a Bacelar, porém, não mencionava nenhuma diretoria específica.

No caso das outras diretorias na mira dos políticos - Transição Energética e Compliance -, quem gostaria de ampliar sua influência na empresa é o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do PSD.

Ele indicou conselheiros e também integrantes dos comitês internos por onde passam assuntos estratégicos para a companhia, mas tem interesse em projetos ligados à diretoria de Tolmasquim, que está sempre cotado para ser substituído.

Mas a CEO da Petrobras, que já cogitou tirar Tolmasquim do cargo, por enquanto tem tentado segurá-lo no cargo para não ter que colocar alguém do Centrão no posto.

O único diretor que de fato deixará a Petrobras em

breve é Mário Spinelli, de Compliance, que tem mandato fixo de dois anos terminando em abril e não pretende pleitear a renovação.

Consultada pela equipe da coluna, a Petrobras não se manifestou.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/02/na-onda-da-reforma-ministerial-centrao-e-oposicao-miram-cargos-da-petrobras.ghtml>

Prefeitos já têm uma agenda para pressionar o Congresso

POR MAGNO MARTINS DE BRASÍLIA

Os mais de três mil prefeitos que estiveram em Brasília, num encontro convocado pelo presidente Lula (PT), entre segunda-feira e ontem, aproveitaram para definir com a direção da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) a agenda de prioridades dos municípios para este ano, tanto no Congresso quanto no Executivo.

No Congresso, a primeira é dar urgência para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023. Conhecida como PEC da Sustentabilidade Fiscal, foi aprovada no ano passado em dois turnos pelo Senado, acatando boa parte da emenda apresentada pela entidade municipalista e agora aguarda análise na Câmara dos Deputados.

Precatórios

A matéria prevê o parcelamento especial das dívidas dos municípios junto ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e aos respectivos Regimes Próprios da **Previdência Social** (RPPS). Também sugere o novo modelo de quitação de precatórios pelos municípios, equiparação das regras de benefícios dos RPPS municipais às da União (Reforma previdenciária) e a desvinculação de receitas.

Outra prioridade é a dívida previdenciária dos municípios tratada na extensão da Reforma da Previdência a Municípios, retirada da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Esse pleito tem sido reforçado pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e foi um dos destaques do discurso dele para os prefeitos. "A dívida na Presidência é gigantesca e chega a R\$ 1 trilhão.

Essa PEC corrige muita coisa desses débitos", disse.

Segundo ele, mais de 700 municípios têm o CRP judicial. Essa emenda libera esses municípios.

"O parcelamento dos precatórios, que também está na emenda sugerida pela CNM, vai ser vinculado de acordo com a dívida do município e, se houver a extensão da Reforma da Previdência, a economia vai ser muito mais significativa.

Peça ao seu deputado para aprovar essa PEC. Vamos

lutar para isso", disse o líder municipalista.

LRF

Outra demanda considerada urgente pelo presidente da CNM é a aprovação do PLP 141/2024. O texto é essencial para os municípios que possuem Organizações Sociais da Sociedade Civil (OSs). A proposta sugere alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para retirar esse tipo de cooperação dos gastos com pessoal a fim de viabilizar a gestão em cidades com esse perfil de colaboração.

"Três mil municípios que têm esse tipo de convênio terão problemas com a LRF. Precisamos que seja concluída essa votação", ressaltou Ziulkoski. Ao mencionar a LRF, o líder municipalista ainda complementou: "A CNM atuou para que o prefeito não fosse condenado por qualquer dispositivo da legislação. A gente trabalhou no Congresso para que isso ocorresse em caso de dolo específico, ou seja, em caso que se comprove que houve má-fé", informou. O presidente da CNM ainda atualizou os gestores sobre os pisos do magistério e da enfermagem, os royalties de petróleo e os programas federais.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/wrrp/#p=1>

PEC que parcela dívida de municípios com Previdência deve avançar neste semestre

Brasília|Victoria Lacerda, do R7, em Brasília

Os municípios com dívidas junto ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) estão mais próximos de conseguir um novo parcelamento dos débitos, com prazos de pagamento de até 25 anos. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66/2023, já aprovada no Senado, deve avançar na Câmara dos Deputados, segundo o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

A PEC, de autoria do senador Jader Barbalho (MDB-PA), busca aliviar as contas municipais e será analisada por uma comissão especial na Câmara. O compromisso foi anunciado por Motta durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado na última quarta-feira (11), em Brasília, com a presença do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os municípios em situação irregular sofrem restrições no recebimento de recursos, incluindo emendas parlamentares federais. Além disso, aqueles que aderem a parcelamentos anteriores - como os de 2017 e 2021 - veem redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), já que parte do valor é automaticamente descontada para quitar as dívidas previdenciárias.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ), relator da proposta no Senado, destacou a importância do FPM para a sobrevivência financeira das cidades menores. "O FPM é a principal fonte de receita de 70% dos municípios brasileiros. A PEC é fundamental para ajudar essas prefeituras a enfrentar a crise fiscal pela qual estão passando", afirmou.

Para amenizar a situação, a proposta estabelece limites para as parcelas das dívidas previdenciárias e para o pagamento de precatórios - ordens de pagamento emitidas pela Justiça contra entes públicos, relacionadas a processos judiciais como desapropriações, salários atrasados e pensões.

A PEC traz duas opções para o cálculo das parcelas da dívida previdenciária dos municípios com a União, sendo aplicada a mais vantajosa:

Os valores serão corrigidos pela taxa Selic. O não pagamento por três meses consecutivos ou seis

alternados pode suspender o benefício e levar à punição do prefeito, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta também impõe a adequação de estados e municípios à Reforma da Previdência de 2019, especialmente para aqueles que possuem Regime Próprio de **Previdência Social**, como as capitais e grandes cidades.

Caso a PEC seja aprovada, os entes terão 18 meses para implementar regras semelhantes às da União, incluindo idade mínima para aposentadoria e novos critérios para cálculo dos benefícios. Se não cumprirem a exigência no prazo, as normas federais serão aplicadas automaticamente.

Para parcelar as dívidas previdenciárias do RPPS, o município deverá comprovar, em até 15 meses, a adesão a um Programa de Regularidade Previdenciária que será criado pelo governo federal. Além disso, será exigida a implementação de algumas regras do Regime Geral de **Previdência Social**, como a instituição de **previdência complementar**.

O Ministério da **Previdência Social** ficará responsável por definir taxas de juros e outros critérios para a execução da medida.

A PEC prevê um novo modelo para o pagamento de precatórios pelos municípios. Aqueles cujas dívidas judiciais representam menos de 30% da receita anual terão um teto de pagamento, definido de acordo com sua arrecadação.

A regra permanecerá em vigor até 2030. Após esse período, os valores poderão ser ajustados. Além disso, se um município já tiver previsão orçamentária específica para precatórios, poderá gastar um valor superior ao limite estabelecido.

O senador Carlos Portinho, relator do texto, destacou que a medida premia os municípios que estão em dia com seus pagamentos e incentiva a redução do estoque de precatórios. Se os recursos não forem pagos dentro do prazo, a prefeitura poderá ser impedida de receber transferências voluntárias da União.

A PEC também determina que 40% dos recursos da

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais sejam destinados ao pagamento de precatórios e dívidas previdenciárias com a União.

A Cfem corresponde à participação dos estados e municípios na arrecadação proveniente da exploração de petróleo, minerais e outras riquezas naturais em seus territórios. De acordo com a Agência Nacional de Mineração, os municípios brasileiros receberam R\$ 4,4 bilhões desse fundo em 2024.

*Com informações da Agência Senado

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/pec-que-parcela-divida-de-municipios-com-previdencia-deve-avancar-neste-semester-14022025/>

STF retoma julgamento sobre revisão da vida toda do INSS

Brasília|Do R7, em Brasília, com informações da Agência Brasil

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma, nesta sexta-feira (14), o julgamento sobre a revisão da vida toda das aposentadorias do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A análise do caso terá início às 11h, no plenário virtual da Corte, e seguirá até o dia 21 deste mês.

Os ministros vão avaliar um recurso apresentado pela CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), que questiona a decisão tomada pelo próprio STF em março de 2023. Na ocasião, por 7 votos a 4, o Supremo derrubou a tese favorável à revisão, determinando que os aposentados não têm direito de escolher a regra mais vantajosa para o recálculo do benefício.

A CNTM argumenta que a Corte mudou de entendimento ao julgar a constitucionalidade das regras previdenciárias de 1999, e pede que seja retirada a proibição da revisão para aposentados que entraram com ações na Justiça até 21 de março de 2024, data em que o Supremo consolidou a decisão.

A AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestou contra o recurso, alegando que não há ilegalidade na decisão do STF. Segundo o órgão, a medida busca reverter um entendimento já consolidado, o que não pode ser feito por meio de embargos de declaração.

A AGU também destacou o impacto financeiro e administrativo que a revisão poderia gerar para os cofres públicos. "Os dados contábeis apresentados registram informações prestadas por órgãos técnicos do governo federal, em especial pelo **INSS** e por secretarias especiais dos ministérios da Fazenda e da **Previdência Social**, acerca do expressivo impacto financeiro e administrativo decorrente do eventual acolhimento da pretensão da embargante", justificou o órgão.

Em 2022, o STF, sob uma composição diferente, reconheceu a possibilidade da revisão da vida toda, permitindo que aposentados solicitassem o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

O entendimento permitia que o segurado optasse pela

regra de cálculo que lhe garantisse o maior benefício. Isso significava que aqueles que começaram a contribuir antes de julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, poderiam incluir essas contribuições no cálculo de sua aposentadoria.

No entanto, com a reavaliação do caso em 2023, o STF declarou constitucionais as regras da Reforma da Previdência de 1999, que estabeleciam uma regra de transição obrigatória, excluindo as contribuições feitas antes do Plano Real do cálculo dos benefícios.

Com o julgamento desta sexta-feira, o Supremo poderá esclarecer pontos dessa decisão, especialmente quanto aos aposentados que já haviam ingressado com ações antes da proibição.

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/stf-retoma-julgamento-sobre-revisao-da-vida-toda-do-inss-14022025/>